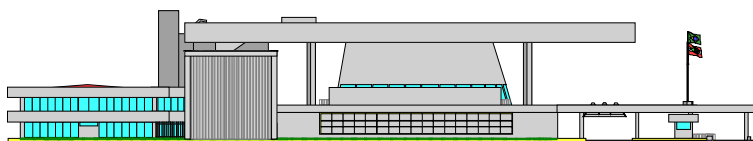


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 17 DE NOVEMBRO DE 2011

NÚMERO 6.356

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherm

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Dado Cherm - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Adilor Guglielmi
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Sílvio Dreveck - Vice-Presidente
Angela Albino
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Daniel Tozzo

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dado Cherm
José Milton Scheffer
Luciane Carminatti
José Nei Alberton Ascari
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-
Presidente
Gilmar Knaesel
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherm
Angela Albino
Sílvio Dreveck
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Dado Cherm

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
José Nei Alberton Ascari - Vice-
Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Angela Albino
Dado Cherm

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2356 EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 101ª Sessão Ordinária realizada em 09/11/2011 2 Ata da 102ª Sessão Ordinária realizada em 10/11/2011 18</p> <p>Atos da Mesa Ato da Presidência DL..... 18</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissão Permanente..... 18 Decreto Legislativo..... 18 Ofícios..... 19 Portarias..... 19 Projetos de Lei 19 Redações Finais 21 Requerimento..... 26</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 101ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO NEODI SARETTA (pela ordem) - Registra a presença do secretário da Saúde de Quilombo, Sérgio Ferrari.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Reporta-se à indenização de animais vitimados na catástrofe de 2009, em Guaraciaba, Anchieta e São José dos Cedros; reporta-se a dois PLs de sua autoria que tramitam na Casa.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta-se a respeito da audiência pública da comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Cumprimenta o

município de Frei Rogério; reporta-se à audiência pública que debateu a ditadura militar e seus reflexos.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Registra a presença dos alunos da EBM Pastor Faulhaber, de Blumenau.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Registra a presença da rainha e das princesas da VI Festa do Imigrante, acompanhadas do vice-prefeito e do vereador Judemar Forest Júnior, de Anita Garibaldi.

PUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Cumprimenta as comitivas de Anita Garibaldi e de Saltinho.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pronuncia-se a respeito das audiências públicas realizadas em Quilombo e em São Lourenço do Oeste.

Partidos Políticos

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Presta homenagem póstuma a Valdir Buzatto; aborda a situação das estradas catarinenses.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Solidariza-se com o deputado Mauro de Nadal.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Registra a presença de estudantes de Engenharia Ambiental da UnC, de Canoinhas.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Manifesta preocupação com o trânsito nas rodovias federais e nas cidades.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Exalta as mudanças que acontecem no Brasil com o investimento na Educação.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Reporta-se à audiência pública que tratou da ponte Hercílio Luz.

Ordem do Dia

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Discute o PDL n. 0006/2010, de sua autoria.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Discute o PL n. 0486/2011.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Saúda os acadêmicos Jackson Luiz Jarzynski, Douglas Rafael Lanke e Marcelo Boreki.

Explicação Pessoal

DEPUTADO VALMIR COMIN - Tece comentários sobre a audiência pública da ponte Hercílio Luz.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL (aparte) - Congratula-se com o deputado Valmir Comin.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Reporta-se aos 120 anos da comarca de São Bento do Sul.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Cumprimenta a direção do jornal *Notícias do Dia*; reporta-se à demora da liberação de financiamento do BNDES para de Joinville.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Registra curso de pós-graduação ministrado pela Escola do Legislativo; comunica viagem à Alemanha e à Espanha representando a Alesc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quero apenas fazer o registro da presença do secretário da Saúde do município de Quilombo, Sérgio Ferrari, que está acompanhando, neste momento, a sessão. Ele veio à capital para participar de um importante encontro sobre o programa Saúde da Família.

Gostaria de destacar não somente a presença do secretário, mas que entre a categoria a qual pertence o município de Quilombo, em função da faixa de habitante, três municípios foram premiados pelo trabalho na atenção básica da área da saúde, e um deles é o município de Quilombo.

Então, quero parabenizar o município e o secretário da Saúde, Sérgio Ferrari, pela conquista e pela presença aqui nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Cumprimos o secretário e a administração municipal, através do seu prefeito, vice-prefeito e vereadores, pela distinção na área da saúde nesse município.

Esta Presidência comunica com pesar o falecimento do ex-deputado Valdir Luiz Buzatto, que faleceu ontem com 77 anos, no município de São Miguel d'Oeste.

Valdir Luiz Buzatto é natural de Palmeiras das Missões, no Rio Grande do Sul, nascido em 20/05/1932, filho de Ângelo Buzatto e Amélia Buzatto.

Na sua vida profissional foi comerciante e deputado estadual de Santa Catarina da 6ª Legislatura, do ano de 1967 a 1970. Foi deputado também na 7ª Legislatura, de ano de 1971 a 1974, eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro - MDB. Também foi deputado estadual da 8ª Legislatura, do ano de 1975 a 1978, eleito também pelo PMDB. Era casado com dona Dilma Amari Buzatto.

Portanto, fazemos este registro, com pesar, do falecimento do ex-deputado Valdir Luiz Buzatto. As nossas condolências à família e aos amigos do ex-deputado.

Com a palavra o primeiro orador inscrito em Breves Comunicações, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, gostaria de trazer presente à tribuna, na tarde de hoje, dois assuntos.

O primeiro deles - e em outros momentos temos aqui tecido comentários e feito reflexões sobre ele - é com relação à indenização de animais que foram vitimados na catástrofe de 2009, nos municípios de Guaraciaba, Anchieta e São José dos Cedros.

No dia de amanhã, a secretaria da Agricultura do estado de Santa Catarina, juntamente com a secretaria Regional, dará a indenização para cerca de 130 famílias, que receberão os recursos do Fundesa, que é o Fundo Estadual de Sanidade Animal.

É claro que tivemos, juntamente com a secretaria do estado de Santa Catarina, levando também a preocupação e, ao mesmo tempo, solicitando ao governo que possa, através do fundo, efetuar a indenização desses animais, até tendo em vista que em outras regiões também houve, em momentos diferentes, a indenização.

O volume de recursos talvez não seja tão alto, mas ele é importante, por menor que seja, pois ajudará, e muito, aquelas famílias que, na época, perderam, e perderam muito.

Portanto, no dia de amanhã, às 15h, juntamente com a secretaria do governo do estado de Agricultura, estaremos efetuando a indenização a essas 130 famílias que receberão os recursos por parte do fundo estadual de sanidade animal.

Outra questão, e esta eu julgo importante, é que no dia de ontem eu fiz uma rápida reflexão sobre dois projetos de lei que estão tramitando nesta Casa, de minha autoria, e um deles revendo a questão da aquisição dos passes de estudantes do ensino médio e superior para o transporte, a locomoção, da casa até o estabelecimento, e vice-versa, uma vez que é exigida a quitação da mensalidade para poder readquirir os novos passes dos meses subsequentes.

Entendemos que não é de competência da empresa que efetua o transporte liberar os passes somente mediante a apresentação da quitação da mensalidade. Basta, sim, o atestado de frequência dos estudantes.

Para tanto, encaminhamos esse projeto, que já tem parecer favorável, e logo, logo ele estará aqui no plenário para ser apreciado. E não temos dúvida nenhuma de que vai beneficiar muitos estudantes, principalmente aqueles que têm menor poder aquisitivo, que têm maiores dificuldades de bancar as suas mensalidades e o próprio estudo.

Por isso, é um projeto de grande importância que ajudará, e muito, os nossos estudantes tanto do ensino médio como do ensino superior.

A outra questão aqui pontuada tem sido o projeto de lei que institui a Espinheira Santa como a planta símbolo do estado de Santa Catarina.

Aliás, é uma iniciativa das organizações, dos movimentos, das lideranças que têm relação com o trabalho que gira em torno das plantas medicinais.

Esse projeto também já está pronto para ser votado aqui no plenário e contamos com o apoio de todos os parlamentares que compõem o plenário da Assembleia Legislativa.

Gostaríamos, hoje, de aproveitar a oportunidade para trazer presente um novo projeto de lei que estamos apresentando a partir deste ano, que trata da agricultura urbana. Aliás, esse é um tema extremamente importante, e temos algumas experiências já em fase de consolidação em alguns estados, entre eles Minas Gerais.

Aliás, Minas Gerais destaca-se por várias iniciativas. Há pouco tempo trazíamos presente o encaminhamento que aquele estado tem feito através do pagamento dos serviços ambientais, experiências riquíssimas e importantíssimas que lá estão sendo executadas.

Minas Gerais, nessa linha, também se antecipa e apresenta todo um programa que gira em torno da agricultura urbana. E aqui me parece importante fazermos essa reflexão.

Esse projeto é voltado à questão da segurança alimentar e nutricional da nossa população. É claro que ele gira em torno do aproveitamento de terrenos às vezes baldios nos grandes centros urbanos, onde famílias, pessoas, entidades, organizações, movimentos, pessoas voluntárias organizam-se e fazem daqueles terrenos espaços estratégicos de produção de hortaliças e outros tipos de alimentos que são possíveis de serem produzidos naqueles espaços. E tornando-se também um espaço de complemento da renda de pessoas e mesmo de entidades.

Temos aqui, em nível de mundo, que mais de 800 milhões de pessoas atuam nesses setores urbanos e exercem essa função.

Portanto, é um projeto extremamente importante, que poderá trazer uma perspectiva diferenciada de muitas pessoas ou de entidades dentro dos setores urbanos.

A agricultura urbana, hoje, representa em torno de 15% da produção mundial de alimentos. Portanto, é um percentual altíssimo e extremamente importante, até tendo em vista que a sociedade como um todo busca a cada momento uma alimentação de maior qualidade, uma alimentação mais saudável.

Portanto, esses espaços poderão ajudar, e muito, para que possamos de fato proporcionar essas alternativas importantes de inclusão social e, ao mesmo tempo também, de desenvolvimento social e econômico desses grandes centros urbanos.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados,

público que nos acompanha pela TVAI, pela Rádio Alesc Digital e presente nesta tarde de hoje.

Gostaria de falar de uma atividade que ocorreu na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, a convite da comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, especialmente do deputado estadual Sargento Rodrigues.

Estive presente em audiência pública desta comissão que é presidida pelo deputado Durval Ângelo, de Minas Gerais, do Partido dos Trabalhadores, presidente da comissão dos Direitos Humanos há quatro mandatos. Deputado Padre Pedro Baldissera, v.exa. deve conhecê-lo. Ele faz um trabalho inclusive parecido com o de v.exa, com trabalhos sociais nas pastorais daquele estado.

O debate contou com a presença de vários parlamentares estaduais de diversos estados do Brasil: o próprio deputado Sargento Rodrigues, de Minas Gerais, o deputado Cabo Almir, de Goiás, o deputado Major Araújo, do Mato Grosso do Sul, o deputado Cabo Da Vitória, do Espírito Santo, o deputado Sargento Aragão, de Tocantins, e este parlamentar. Éramos os deputados de fora, todos eles deputados estaduais militares nos seus estados.

Uma das decisões foi organizar um fórum parlamentar dos deputados militares estaduais, e infelizmente não há nenhum federal, que se reúna a cada seis meses para discutir assuntos relativos às demandas dos trabalhadores de segurança pública nos estados, das instituições militares estaduais, para discutir a segurança pública no Brasil, porque os problemas aí são bastante parecidos, quando não iguais, pelo Brasil afora, e as condições de trabalho são parecidas nas diversas Polícias Militares, Corpos de Bombeiros, como devem ser também nas Polícias Civis.

Na pauta dessa audiência pública está a jornada de trabalho para os policiais e bombeiros militares, porque Santa Catarina é o primeiro e único estado da federação que tem uma lei. E tenho falado desta tribuna que Santa Catarina insiste em ficar mais atrasada com relação a diversos assuntos, mas preciso fazer justiça com os governos anteriores e com as forças dominantes no nosso estado e dizer que em alguns aspectos o estado está na frente.

Santa Catarina é o único estado da federação que tem uma lei que versa sobre a jornada de trabalho de servidores militares. E isso pode parecer estranho para quem é militar ou das Forças Armadas. Mas não é, porque diferente das Forças Armadas, os policiais militares e bombeiros exercem uma função, um serviço público essencial, de forma regular, periódica, sistemática e permanente, diferentemente dos servidores das Forças Armadas, que fazem treinamento, a manutenção das instituições e têm que estar prontos para no caso de uma necessidade, de uma agressão externa ou outro episódio de relevante importância que requeira a presença das Forças Armadas. O policial militar e o bombeiro militar são servidores públicos, a sua

função é de natureza civil. Eles estão relacionados permanentemente, cotidianamente, com a população, com a sociedade.

As Forças Armadas são treinadas para a possibilidade de enfrentamento com o inimigo, já as Polícias Militares e o Corpo de Bombeiros não. Então, é bom que se desenvolva essa consciência de que o nosso preparo e a nossa atividade não são para tratar com o inimigo, mas para tratar com a sociedade. Mesmo aqueles que estão em conflito com a lei, às vezes em conflito radical com a lei, não podem e não devem ser considerados inimigos. Portanto, é um serviço público essencial, permanente e regular, e sendo assim precisa de uma lei que preserve a jornada de trabalho.

Não dá para pensar em jornada de trabalho para os servidores das Forças Armadas, porque eles passam o ano inteiro sem sair do quartel, às vezes a vida inteira sem sair de lá, para uma operação militar, e quando saem pode ser por dois meses, seis meses, um ano. Então, não há como se pensar numa jornada de trabalho e no pagamento do serviço extraordinário. Diferentemente das Polícias e dos Corpos de Bombeiros, que precisam ter isso. E Santa Catarina tem, desde 1995, a Lei Complementar n. 137, da época do governo de Paulo Afonso Vieira. E façamos justiça, companheiro e camarada J. Costa, na época, o deputado Jaime Mantelli, sargento Mantelli, enfrentou uma conjuntura em que o governo do PMDB precisava de cada um dos três votos que o PDT tinha nesta Casa. Foi assim que se conseguiu emplantar essa.

No entanto, é preciso considerar, dentre outros elementos, que estamos avançados nesse sentido. Aqui, em Santa Catarina, a hora extra passou a ser considerada salário. Os governos, sempre que vão falar do salário dos servidores de segurança pública, já calculam junto a hora extra que receberiam se efetivamente trabalharem mais do que 40 horas por semana. E somente nessa condição. Evidentemente que o aposentado, o pessoal da reserva remunerada, quem está doente ou em curso de formação, não recebe. Assim, não pode ser considerado salário, para que se faça justiça.

Nós concordamos - e houve toda uma discussão, por dez anos, sobre a incorporação da hora extra ao salário - com qualquer debate nesse sentido, desde que não se perca de perspectiva a existência de uma jornada definida em lei, porque somos de um tempo em que se trabalhava 24 horas por 24 horas. E o que significa isso? Trabalhar 24 horas sem descanso, direto; ir para casa já perto do meio dia e, no outro dia, estar de volta às 7h45, pois o militar já se apresenta minutos antes para trabalhar mais 24 horas. Deputado Reno Caramori, mal dá tempo de ir para casa, ver os filhos, pegar uma roupa limpa e voltar a trabalhar, e quando dá não tem nada de excepcional.

Então, é preciso manter a definição de uma jornada de trabalho de 40 horas semanais, que é a jornada regular dos

servidores públicos em geral no Brasil. Então, é isso que se defende. E estamos de acordo com qualquer outra política de compensação, inclusive incorporar os valores da hora extra e definir uma escala padrão para os militares estaduais.

Mas no dia de folga, porque os governos não contratam efetivos suficientemente necessários, acaba-se tirando o couro daqueles que estão de serviço. Como é um serviço regular, o extraordinário se torna permanente, e todos os dias há a necessidade de mais efetivo e acaba-se abusando da saúde e do esforço físico desses trabalhadores.

O companheiro Aragão, de Tocantins, faz um cálculo, mostrando que, em comparação com o servidor não militar, os militares trabalham 45 anos, com a quantidade de horas de trabalho proporcional, num tempo de serviço de 30 anos. Se compararmos eu, entrando na Polícia Militar ou no Corpo de Bombeiros, e um colega da mesma idade entrando no mesmo dia em qualquer outra instituição pública, com 30 anos de serviço, eu trabalhei 30% a mais do que ele. Então esses elementos precisam ser refletidos também.

Mas essa audiência pública não discutiu somente isso, discutiu outros elementos da caserna, como os regulamentos disciplinares, a condição de militar e a anistia aos militares punidos.

Essa audiência pública da comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do estado de Minas Gerais discutiu, ontem, os direitos humanos dos servidores militares estaduais e a necessidade de mudanças no regulamento.

Nesse sentido, Minas Gerais está muito mais avançada do que nós, inclusive quanto ao cumprimento da Lei Federal da Anistia, que o estado de Santa Catarina insiste em não cumprir já desde o ano passado. E esse pleito vai chegar, assinado pelo governador, daqui uns dias.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, sr. deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Deputado Reno Caramori, que está presidindo esta sessão, deputados, deputadas e todos as pessoas que nos visitam e acompanham a sessão no dia de hoje.

Quero registrar a visita especial, já citada pelo colega deputado Neodi Saretta, do secretário da Saúde, sr. Sérgio Ferrari, do município de Quilombo, que está recebendo um prêmio. Quilombo está entre os três melhores municípios em gestão de saúde, dos municípios de 10.000 a 25.000 mil habitantes.

Quero parabenizar o companheiro Sérgio Ferrari, com alegria, com satisfação, que vem fazendo um grande trabalho nessa área. E, hoje, deputado Kennedy Nunes, existe um grande desafio para o secretário da Saúde, para a gestão

municipal de saúde pública, pelos problemas de financiamento para essa área.

Então, quero parabenizar o município, mas também o secretário que tem feito um grande esforço, um grande trabalho à frente dessa secretaria no município de Quilombo.

Quero também registrar, sr. presidente, que estivemos na última sexta-feira no Núcleo Tritícola, município de Frei Rogério, o segundo maior produtor de alho deste estado, onde houve o seminário nacional de produtores de alho. Foi um grande evento no município de Frei Rogério, que tem na produção de alho uma atividade importante em relação à distribuição de renda, geração de empregos.

Como hoje acontece com relação ao leite e a outras atividades, o alho também enfrenta problemas com relação aos produtos principalmente chineses que entram no Brasil competindo seriamente com o produtor de alho em nosso estado. Por isso precisamos debater sobre uma política de proteção e de garantia de renda aos nossos agricultores, pois estamos começando a safra agora, ou seja, a colheita do alho em nosso estado.

Então, foi um grande evento que marcou essa região. Contamos com a presença maciça de produtores de alho do estado e de outros estados, no município de Frei Rogério, na última sexta-feira. E participei, bem como o deputado Romildo Titon, o deputado federal Celso Maldaner, o deputado federal Valdir Colatto. E a prefeita Ivonete Zager Felisbino conduziu muito bem esse evento junto com a Associação dos Produtores de Maça do município, do estado e nacional.

Também quero registrar que, na última quinta-feira, pela manhã, um grande evento foi realizado na cidade Xavantina, no oeste do estado, promovido por um conjunto de entidades, como o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, as prefeituras da região, a Associação dos Suinocultores, para discutir a questão das cadeiras produtivas de leite, de aves e de suínos daquela região e daquele município, onde principalmente a suinocultura está passando por grandes desafios nestes últimos anos.

Lá foram debatidos grandes temas e um dos assuntos centrais foi o projeto de lei que tramita no Congresso Nacional e regulamenta a atividade de integração entre agricultor e empresa integradora. Esse debate vem tomando um rumo importante, e a participação das entidades tem sido muito positiva. Inclusive, houve dois encontros, na última semana, no Rio Grande do Sul, com a presença de lideranças catarinenses, nas cidades de Carazinho e Erechim, para debater esse tema da integração que há muito tempo vem sendo discutido.

E, agora, numa perspectiva muito forte, tenta-se construir uma legislação que dê mais segurança aos nossos agricultores e, principalmente, à agricultura familiar em termos da legislação em relação ao agricultor integrado às agroindústrias.

Por último, quero registrar a importante audiência pública que realizamos no

dia de ontem, às 19h, nesta Casa, onde se debateu a questão da ditadura militar e seus reflexos, dos desaparecidos políticos e dos encaminhamentos na contribuição desta Casa para a criação da Comissão da Verdade, criada no Congresso Nacional e no Senado.

Essa foi uma mancha na história do nosso país. E durante esses anos todos em que o país viveu o período ditatorial, milhares de pessoas no Brasil foram presas e outras centenas desaparecidas. Em Santa Catarina não foi diferente, embora em menor proporção do que em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Mas tivemos aqui 400 presos políticos e em torno de 13 pessoas, 14 pessoas desaparecidas.

Infelizmente, deputada Ana Paula Lima e deputada Luciane Carminatti, v.exa. que preside a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, temos mais de quatro pessoas em Santa Catarina que ainda não foram localizadas até hoje. E uma dessas pessoas é o nosso ex-deputado Paulo Stuart, cujo corpo não foi localizado.

Então, esta Casa precisa dar a sua contribuição no trabalho da Comissão Nacional da Verdade, para ajudarmos as famílias que perderam entes queridos, amigos, familiares, como é o caso do João Paulo, filho do ex-deputado Paulo Stuart, que falou sobre isso. As famílias têm o direito de identificar onde estão enterrados os corpos dessas pessoas desaparecidas.

Assim, foi um momento de muita emoção, porque pessoas que passaram por esse período e foram presas, como o escritor Paulo Salim, tiveram uma experiência muito dura como presos políticos, mas felizmente escaparam com vida por detalhes.

Portanto, sras. deputadas e srs. deputados, recebemos ontem um conjunto de documentos, propostas de indicações, de leis, porque Santa Catarina também precisa ter, como outros estados, um memorial para que os jovens, as pessoas que querem estudar e aprender sobre esse período de ditadura no Brasil, tenham um espaço identificado com informações, com dados sobre esse momento, essa mancha que o Brasil tem como outros países da América Latina e do mundo, o cruel momento da ditadura militar.

Então, assumimos o compromisso com a OAB, com o Ministério Público Federal, com as entidades dos direitos humanos de Santa Catarina, de que esta Casa vai contribuir, primeiramente cobrando a criação da comissão de sete membros, a apuração, o acompanhamento de todos os fatos e a identificação de todas as questões que ainda não foram abertas sobre a ditadura. E, além disso, contribuir também com o máximo de informações que esta Casa puder colher.

Deputada Luciane Carminatti, quero agradecer a v.exa., através da comissão de Direitos e Garantias, pela realização dessa audiência pública e a todas as pessoas que participaram, que acompanharam e contribuíram com esse debate. Com certeza,

não vamos deixar de cumprir a nossa função, o nosso papel como deputados, legisladores, como alguém que luta como Paulo Stuart Wright pela democracia em nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Apenas quero registrar, com muita alegria, a presença dos alunos da Escola Básica Municipal Pastor Faulhaber, de Blumenau, localizada à rua Pastor Oswaldo Hesse.

São 15 alunos que estão no Parlamento catarinense visitando esse espaço democrático, com a professora Cynara Rúbia Meurer, os quais estão assistindo à sessão ordinária de hoje.

Assim sendo, quero dar boas-vindas aos alunos e à professora do município de Blumenau.

Muito obrigada, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Esta Presidência registra a presença dos alunos neste Poder e que tenham uma boa tarde neste Parlamento, juntamente com a professora daquela escola municipal de Blumenau.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, quero registrar a presença, nesta Casa, da rainha e das princesas da VI Festa do Imigrante, que ocorrerá entre os dias 11 e 14, em Anita Garibaldi, em companhia da rainha Jéssica Salmóia, da princesa Márcia Lima da Cruz, da segunda princesa Deyse Paim, junto com o vice-prefeito Júlio Pinheiro, do vereador Judemar Forest Júnior, que após a Ordem do Dia usarão dez minutos para falar sobre essa festa de Anita Garibaldi, terra onde nasci.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero homenagear o nosso líder, deputado Elizeu Mattos.

Quero fazer saudar também o suplente de vereador Moacir Borges, nosso amigo, a Márcia Lima da Cruz, a Jéssica Salmóia e a Deise Paim, que são as rainhas, e o nosso vice-prefeito, aproveitando, deputado Elizeu Mattos, para reforçar o convite deles, que são nossos grandes amigos.

Quero ainda registrar, sr. presidente, a presença do sr. Roberto Andretta, secretário

da Agricultura de Saltinho, e do sr. Vladimir Canalli Carneiro, secretário-geral de governo daquele município.

Então, o nosso abraço a toda comitiva de Anita Garibaldi, solidarizando-nos com o deputado Elizeu Mattos e com a comitiva de Saltinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Está feito o registro.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por dez minutos.

Deputada, antes que v.exa. inicie o seu pronunciamento, quero informá-la que vamos lhe conceder a palavra mesmo, a partir das 15h, porque realmente tivemos uma tolerância no início desse espaço.

Portanto, vamos passar dez minutos do horário reservado aos Partidos Políticos. Sendo assim, v.exa. tem a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Obrigada, sr. presidente.

Quero cumprimentá-lo, sr presidente, como também todos os deputados e deputadas, quem acompanha esta sessão e os alunos e alunas do Parlamento Jovem.

Quero, em primeiro lugar, deputado Dirceu Dresch, fazer um registro com relação à audiência pública que v.exa. mencionou anteriormente, em que a nossa comissão fez abertura e a proposição a partir do requerimento de sua autoria, e dizer do nosso empenho e do nosso apoio para que de fato todas aquelas proposições que foram ontem levantadas na audiência sejam encaminhadas por este Parlamento.

É fato que em Santa Catarina não tenhamos talvez um número muito grande de desaparecidos e mortos da ditadura militar. No entanto, o nosso estado precisa fazer a sua parte. E parece-me que a cobrança maior, inclusive das entidades e dos familiares, é de que cada instituição faça a sua parte.

Nós do Parlamento catarinense precisamos discutir qual a legislação que cabe aos olhos da Comissão da Verdade que foi aprovada nas duas Casas, respeitando também a autonomia, mas em respeito à memória e ao direito dessas famílias, desses amigos. Mais do que isso, ao direito à democracia, temos que permitir que a verdade venha à tona e que seja feita justiça.

Portanto, tem nosso apoio como comissão de Direitos e queremos fazer o registro aqui para que possamos também, em conjunto, auxiliar nesse debate.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputada, quero parabenizá-la pela iniciativa como membro também dessa comissão.

De fato nós catarinenses temos um enorme desconhecimento em especial dos

nossos conterrâneos que passaram por essa situação. E cito aqui - o deputado Dirceu Dresch já o mencionou - o nome de Paulo Stuart Wright, que leva inclusive o nome do nosso plenarinho, filho de um pastor da igreja presbiteriana em Joaçaba que, perseguido pela ditadura naquela ocasião, teve que fugir de Santa Catarina. Depois, esta Casa, infelizmente, não tendo condições legais de cassar o ex-deputado Paulo Stuart Wright, fez isso por uma situação até inusitada, se não fosse chocante. Ele foi cassado porque vinha trabalhar nesta Casa sem gravata.

Obrigada, deputada.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Isso é um termômetro do que significou a ditadura em nossas vidas, e precisamos passar a limpo essa história. Embora tenhamos questionamentos, como o próprio deputado mencionou, são apenas sete membros e dois anos para passar a limpo 40 anos, muitas histórias, e se compararmos com algumas comissões no mundo que têm 200 membros, 300 membros, com certeza será muito difícil fazer esse trabalho, dadas as condições postas.

No entanto, as famílias, as entidades e as instituições reivindicam inclusive o nosso empenho, e penso que a audiência de ontem teve esse caráter também.

Quero fazer o registro de que esta semana estivemos presidindo duas audiências, sendo que uma delas tratou da municipalização do ensino fundamental na cidade de Quilombo e, posteriormente, na cidade de São Lourenço do Oeste. E chamou-me a atenção quando os prefeitos presentes, por unanimidade, em Quilombo, anunciaram que não irão permitir a municipalização do ensino fundamental.

Para termos uma ideia, foi identificado, através de um estudo feito por um desses municípios que serve de parâmetro em relação ao tamanho da população, também elaborado pela Amosc - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina -, que o município de Santiago do Sul, por exemplo, teria um prejuízo anual de R\$ 200 mil. Então, isso foi colocado.

Nós temos feito esse debate, fizemos em São Lourenço do Oeste também, e todas as audiências até então já realizadas pela comissão de Educação desta Casa definiriam posição contrária à municipalização. E no próximo dia 10 teremos uma audiência em Chapecó e no dia 16 em Rio do Sul.

Quero fazer esse registro para dizer da importância do Parlamento estar inserido e provocando esse debate. E se o governo entender que a municipalização é algo positivo às prefeituras, é necessário que se faça presente, pois numa democracia sabemos que o diálogo é fundamental para convencer a todos de que a municipalização é positiva.

Então, quero fazer esse registro e aproveitar para fazer uma reivindicação mais uma vez: o grupo de trabalho instituído pelo governo, 62 dias de greve, precisa começar a responder às pautas da mesa de negociação.

Esse grupo de trabalho se encerra no mês que vem e até o momento, srs. deputados, não tivemos ainda nenhum avanço nas negociações. Eu estou tratando aqui de algo que o próprio governador, na audiência que realizamos na semana passada, mostrou-se surpreso, porque a secretaria da Educação ainda não respondeu a duas pautas que já foram acordadas na greve: em primeiro lugar, a revogação do decreto da progressão funcional e, em segundo lugar, o abono das faltas.

Então, o que é que está faltando para este governo? Estamos no mês de novembro e o governador ainda não conseguiu definir duas questões simples da pauta de negociação.

Temos uma questão mais complexa, que é o plano de carreira, que vai ser discutido em janeiro de 2012! Essa é a questão mais complexa! Estamos com uma expectativa positiva, mas em fevereiro começa o novo ano letivo, e o governo tem que responder.

Com relação a essas duas questões, quero informar que estamos sendo cobrados cotidianamente. Eu cobrei do governador do estado, que se mostrou surpreso. Ele ficou surpreso pelo fato de essas duas pautas não terem sido atendidas. Como é que o governador, o cargo máximo do estado, não consegue dar respostas a isso? E ele não questionou! E quando fomos cobrar isso dele, sua excelência disse: "Como assim, isso ainda não foi resolvido?!"

Então, quero fazer esse registro, porque há algo errado no ar. Eu não sei o que é, porque não há comando, mas o fato é que há um problema sério neste governo: de comunicação ou de respeito aos poderes e instâncias ou o governo não está conseguindo governar, deputada Dirce Heiderscheidt.

Estou fazendo esse desabafo porque os professores do estado de Santa Catarina estão reivindicando o abono das faltas da greve do ano de 2008 e a revogação do decreto. E, mais ainda, foi anunciada na mesa de negociação a realização de concurso público no ano de 2012. Foi acordado isso e agora ficamos sabendo pela imprensa que uma diretoria da secretaria da Educação definiu que o concurso só será feito em 2013.

Quem manda neste governo? Quem manda na secretaria da Educação? Quem decide? Está na hora de definir! Estamos chegando ao final do ano e não há como começar o ano letivo com essa baixa expectativa dos educadores da rede estadual.

Então, estou fazendo essa solicitação, pois o prazo já terminou. Há o abono das faltas, há projeto nesta Casa, mas falta decisão política. E com relação ao decreto da progressão funcional, também falta decisão e agilidade.

Da mesma forma, quero dizer que temos recebido muitas reclamações, que algumas Gereds estão definindo e interferindo na autonomia dos calendários estabelecidos nas escolas estaduais com relação ao cumprimento dos 200 dias. Cada escola, após a greve, teve a liberdade de elaborar o seu

calendário, pois agora a Gered está definindo arbitrariamente esse calendário, sem respeitar a comunidade escolar. É importante dizer que é possível terminar o ano letivo ainda em 2011, mas para isso os professores precisam ser cobrados e respeitados.

Sr. presidente, quero informar que foi aberto o prazo para apresentação das emendas individuais de cada deputado até o dia 24 deste mês. Por isso queremos que esta Casa seja respeitada na apresentação das emendas individuais. Vamos apresentar emendas com relação à estrutura das rodovias do estado de Santa Catarina, como também à melhoria da educação no estado de Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

(Pausa)

Na ausência da liderança do PCdoB, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Na ausência da liderança do PSDB, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero, nesta tarde, prestar uma homenagem, em nome do PMDB, à história linda e construída neste Parlamento pelo sr. Valdir Buzatto, que faleceu ontem, em Florianópolis.

Gostaria de fazer referência ao passamento do ex-deputado que está sendo sepultado hoje na cidade de São Miguel d'Oeste.

Valdir Buzatto foi deputado no início do MDB em Santa Catarina, foi fundador do partido e teve a participação em três legislaturas neste Parlamento, de 1967 a 1979, e ocupou a vice-liderança do antigo Manda Brasa.

Para os que conheceram a tribuna eloquente, conhecido como bugre velho, muitos ainda se lembram dos debates políticos que sustentava com Nelson Pedrini, mesmo sem tanto conhecimento teórico. Era um homem arrojado e um defensor dos interesses do extremo oeste catarinense. Era muito próximo também do ex-deputado Dejandir Dalpasquale. Há poucos dias, o senador Casildo Maldaner lembrou, ao saber da sua internação no Hospital de Caridade, que Valdir Busatto tinha sido para ele seu avalista quando chegou pela primeira vez em Florianópolis para exercer o mandato e precisava, naquela época quando Casildo Maldaner veio para cá, equipar sua moradia na capital. Foi Valdir Buzatto quem avalizou a compra do fogão, da geladeira e outros eletrodomésticos.

Valdir Busatto era gaúcho de Palmeiras das Missões, radicou-se em São Miguel d'Oeste, onde foi comerciante gráfico e empresário de comunicações. Era um homem eclético e também foi piloto de aeroplano. Chegou a criar jacarés num sítio próximo a Canasvieiras e era um personagem conhecido da ilha, figura constante nas rodas do antigo Senadinho. Morreu aos 79 anos, deixando viúva e duas filhas.

Quero também, sr. presidente, salientar, nesta tarde, que será realizada uma importante audiência pública na sexta-feira, dia 11h, às 9h. E na parte da tarde estaremos em São Miguel d'Oeste, às 15h, realizando também uma audiência pública.

Na primeira audiência, em Maravilha, discutiremos a situação de duas importantes rodovias do extremo oeste do estado, a BR-282 e a BR-158. Na parte da tarde, estaremos em São Miguel d'Oeste, na Câmara Municipal de Vereadores, onde discutiremos a situação da rodovia BR-163.

Essas rodovias são importantes não somente para o extremo oeste do estado de Santa Catarina como para o país, porque lá não passam somente pessoas a passeio que se deslocam em direção aos três estados do sul. É um grande corredor de toda a produção do extremo oeste de Santa Catarina. É uma rodovia bastante utilizada. As três têm um papel importantíssimo no elo com países vizinhos, e entendemos que precisam de melhorias.

Então, teremos a oportunidade de discutir nessas duas audiências públicas o que é que o povo do extremo oeste de Santa Catarina espera que o governo federal faça em matéria de melhorias na segurança e no escoamento de toda a nossa produção.

No município de Pinhalzinho temos dois pontos de estrangulamento, os dois pontos na BR-282. Lá foi instalado um educandário da Udesc e também nesse foram inauguradas as instalações novas da Unoesc. São duas universidades que têm o acesso significativo de alunos que dependem bastante da BR-282.

Então, procuramos, através dessa audiência pública, questionar a nossa população e ouvir os nossos prefeitos, as nossas lideranças, os vice-prefeitos, os vereadores, a sociedade empresarial e os sindicatos para saber o que eles esperam em matéria de melhorias. Porque nós precisamos colher essas informações da nossa comunidade para que, em Brasília, consigamos encontrar as alternativas que atendam à expectativa da nossa gente do extremo oeste de Santa Catarina.

Mas o maior ponto em discussão, nessa primeira reunião que acontecerá pela parte da manhã em Maravilha, será justamente o entroncamento que envolve as rodovias BR-158 e BR-282. Naquele entroncamento, agora no sábado passado, aconteceu mais um acidente. Em menos de três anos foram aproximadamente 80 acidentes no mesmo local. Então, alguma coisa está errada e

acredito que o governo federal deverá olhar com outros olhos diferentes para essa situação. Mas como é que ele vai ver, se não levamos os conchabos da região até o seu conhecimento?!

Então, essa audiência pública vai permitir que se leve esse debate até a comunidade, colha-se as informações necessárias e, através delas, nomeie-se, junto com todos os participantes do evento, uma comissão para ir até Brasília e, junto ao ministério dos Transportes e ao DNIT, levar todos os encaminhamentos, todas essas prioridades da região do extremo oeste catarinense.

Na BR-158 há problemas no trevo de acesso ao município de Cunha Porã. Já estamos há muito tempo reivindicando a construção de um trevo de acesso à fábrica de rações da Aurora, no município de Cunha Porã. Naquela fábrica de rações transitam por dia em torno de 80 a 90 caminhões e não há um acesso digno. Os caminhões que vêm em sentido ao Rio Grande do Sul têm que cortar, em plena curva, o acesso à fábrica de rações. E para os que vêm do Rio Grande do Sul em direção ao Paraná a dificuldade é imensa também. Como dizia um amigo nosso, em uma entrevista lá na região, é uma arma apontada para as pessoas que estão transitando naquela rodovia.

Então, precisamos encontrar essas alternativas e resolver esses problemas.

No município de Palmitos temos problemas nos dois trevos de acesso ao município, e problemas sérios. Esses trevos estão ocasionando acidentes frequentes. Então, eles precisam ser melhorados. Agora, de que forma vamos melhorar esses trevos? Aí há toda a equipe de engenharia do DNIT que poderá nos auxiliar e mostrar a toda a comunidade qual é a melhor forma de se resolver.

Não vai ser um embate essas audiências públicas. Muito pelo contrário, vai ser uma soma de esforços, uma congregação de ideias para que, juntos, através da Polícia Rodoviária Federal, que também estará presente nas audiências, do DNIT, da sociedade organizada e do Parlamento catarinense, possamos encontrar as alternativas necessárias e viáveis para resolver o problema.

Agora na parte da tarde vamos discutir a situação da BR-163, no município de São Miguel d'Oeste. Quando foi executada a construção da BR-163, o ritmo de tráfego naquela rodovia era diferente do que se encontra hoje. Então, foi uma rodovia planejada e executada com os moldes voltados ao atendimento das necessidades daquela época. E posso afirmar agora, com toda a segurança, que o trânsito que passa pela BR-163, principalmente naquele trecho que liga São Miguel d'Oeste até o vizinho estado do Paraná, hoje se multiplicou por 25 ou 30 vezes, e quem sabe até mais, o trânsito/dia.

E a pista não oferece a segurança necessária para que todos esses veículos consigam transitar.

Nós temos, na grande maioria da extensão do trecho de São Miguel d'Oeste até o Paraná, um trecho sem acostamento. Então, até para se conseguir fazer alguma recuperação num dano causado num veículo que está transitando há dificuldades. Sem falar em pontos críticos, onde os motoristas, às vezes, até por certa imprudência, acabam forçando uma ultrapassagem e ocasionando acidentes, porque a pista, na sua grande maioria, não tem uma área onde os veículos possam dar lado, deslocar-se ou abrir espaço para facilitar uma ultrapassagem.

Assim também acontece muitas vezes até mesmo em curvas acentuadas, que nós não temos essa segurança mínima para que caminhões, veículos e ônibus possam trafegar com segurança e oferecer essa segurança também para as pessoas que transitam a pé ou de motocicleta, porque tudo está envolvido no mesmo processo de insegurança.

Eu acredito que, com a participação dos vereadores e de todos os municípios e as comunidades que estão ao entorno da BR-163, vamos conseguir retirar de lá uma grande pauta para poder apresentar lá em Brasília e ver a participação do governo federal nesses pleitos da nossa região.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não! Ouço, com muita satisfação, o colega deputado Maurício Eskudlark, que também é da região e sabe da situação que enfrentamos.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizar v.exa. pela abordagem e dizer que a rodovia até São Miguel d'Oeste está em boas condições. Está faltando apenas um pouco de sinalização e tem havido aqueles acidentes gravíssimos de quando em quando lá.

Na rodovia entre São Miguel d'Oeste e Dionísio Cerqueira a situação é precária, e hoje precisa de uma recuperação urgente.

Tivemos a boa notícia, através do inspetor chefe da Polícia Rodoviária Federal, Silvinei Vasquez, da implantação de dois novos postos da Polícia Rodoviária Federal. Um será em Guaraciaba, que, inicialmente, estava previsto para aquele trecho de Guarujá do Sul, mas como a superintendência do Paraná deverá implantar um em Barracão aquele posto de Guarujá do Sul desceu um pouco, vindo para a região de Guaraciaba. E também deverá ser implantado um posto na região de Iporã do Oeste.

Então, são melhorias e parabenizo v.exa. pela convocação dessas audiências públicas, nas quais estaremos presente. Realmente essas obras são muito importantes para a segurança de todos aqueles que trafegam nas estradas da região.

Parabéns pela abordagem, deputado!

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento.

Gostaria de dizer que na BR-163, como é de conhecimento de todas as pessoas da nossa região, já estava em estudos bem aprofundados. Segundo algumas informações, havia até um esboço de um processo licitatório referendando todas essas obras importantes para a região. Mas, em virtude da troca do ministro dos Transportes, parece-me que o projeto ficou para um plano seguinte.

Temos que chamar a atenção do ministro dos Transportes para o fato de que essas são obras urgentes, na verdade, urgentíssimas, e é preciso que o governo federal atenda prontamente para evitarmos que futuramente tornem a acontecer aqueles trágicos acidentes que aconteceram no interior do município de Descanso, também na BR-282, que acabaram por ceifar vidas de pessoas inocentes que lá transitavam. E muitos delas tentando vir aqui para o litoral usufruir dessas belezas naturais que o estado catarinense oferece não somente para os catarinenses, mas para todas as pessoas que assim tiverem interesse de usufruir. Elas estavam em deslocamento para cá e acabaram tendo os seus sonhos ceifados em um acidente.

Quero também, aproveitando a oportunidade, sr. presidente, ressaltar dois importantes eventos que acontecem lá na região do extremo oeste catarinense, e que terão a abertura e os encaminhamentos nos festejos neste final de semana. O primeiro é a Expo São Miguel, que vai acontecer em São Miguel d'Oeste, e o segundo é a Efacip, de Pinhalzinho, ambos os eventos com a abertura prevista para sexta-feira. O de Pinhalzinho será às 17h30 e o de São Miguel d'Oeste, às 20h.

Os eventos são voltados a mostrar a potencialidade que a nossa região oferece; acima de tudo dar destaque àquilo que é o potencial agrícola de todo o oeste catarinense; e sem deixar de lado aquilo que se vem mostrando como uma grande fortaleza da nossa região, que é o desenvolvimento da área industrial, gerando empregos e oportunidades para as pessoas que lá vivem. Mas, acima de tudo, na congregação entre comércio, indústria, prestador de serviço e agricultura, gerando riquezas para que os nossos municípios possam prestar um serviço de mais qualidade à sua gente que vive naqueles municípios.

Então, parabéns aos dois municípios pelos grandes eventos. E contamos com a presença dos parlamentares também nessas duas importantes festas do extremo oeste de Santa Catarina.

Muito obrigado pela oportunidade, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, sr. deputado.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero apenas registrar a presença de

estudantes do curso de Engenharia Ambiental da Universidade do Contestado, de Canoinhas: o Jackson Luiz Jarzynski e o Marcelo Boreki, que estão acompanhados do professor Douglas Rafael Lanke. Eles estão-nos prestigiando hoje, pois vieram promover um grande evento sobre as questões de Engenharia Ambiental.

Agradeço a presença e desejo as boas-vindas!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Esta Presidência faz o registro da presença e deseja que os nossos visitantes sintam-se à vontade nesta Casa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputadas e sras. deputadas aqui presentes, quero saudar, mais uma vez, os nossos convidados e visitantes, especialmente de Anita Garibaldi: o vice-prefeito, Julio César Pinheiro, todas as lideranças, a rainha Jéssica Salmória, a primeira princesa Márcia Lima da Cruz e a segunda princesa Deisy Paim. É uma satisfação a visita de vocês a esta Casa!

Já incorporando o pronunciamento do deputado Mauro de Nadal, quero dizer que, hoje, uma das grandes preocupações, sr. presidente, que temos é com a questão do trânsito, com o número de mortes nas rodovias.

Um jornal do estado de São Paulo trouxe uma estatística de todo o Brasil. Hoje, vindo para cá, eu presenciei, na rodovia, alguns motociclistas fazendo um verdadeiro malabarismo. E registramos, nos últimos anos, 360% de aumento no número de mortes de motociclistas nas rodovias.

Então, temos tido acidentes de trânsito gravíssimos, principalmente aqueles envolvendo ônibus de turismo, em que o número de mortes sempre é elevado. Há aquelas mortes que, às vezes, passam despercebidas, que olhamos como números: uma morte, duas mortes. Não passamos um final de semana sem registrar, no mínimo, dez ou 12 mortes nas SCs e rodovias federais do nosso estado.

Por essa razão, a legislação tem que ser mais rigorosa. Muitas vezes o policial é cobrado quando está na rodovia fiscalizando e controlando a velocidade.

O Supremo Tribunal Federal decidiu que dirigir embriagado é crime. Porque outra questão que se discute muito é a seguinte: se o motorista, que está embriagado, faz o teste do bafômetro, isso é considerado crime? Ou a Justiça somente interpreta como crime quando ele efetivamente coloca em risco algum outro cidadão: ou provoca um acidente ou dirige de maneira perigosa, em ziguezague. E o Supremo Tribunal Federal entendeu que dirigir embriagado é crime, e ele está certo! É o mesmo caso de a pessoa estar portando uma arma e dizer que, se não vai usá-la, não há risco, não é crime. Então, se é crime o simples

porte de arma, porque a pessoa pode vir a utilizá-la e praticar um crime, dirigir embriagado também é um crime que está sendo praticado, e não precisa provocar vítimas para que se caracterize essa situação.

Então, vejo como importantes essas mudanças nas decisões dos tribunais superiores, apertando a questão do combate à impunidade, principalmente nos crimes de trânsito.

A nossa legislação já é branda na questão de todos os crimes, apertou um pouquinho mais, aumentou as penas na questão do tráfico, em algumas questões da criminalidade. Mas principalmente no homicídio, seja no homicídio doloso, aquele com intenção de matar, seja no homicídio culposo, temos visto que a nossa legislação é muito benevolente. Pessoas que atropelam duas ou três vítimas, que causam a morte e danos irreparáveis à sociedade e às famílias, acabam ficando impunes.

Então, essa decisão do Supremo Tribunal Federal é importante. Entendo mais: que o exame do bafômetro deveria ser obrigatório. Como não se pode obrigar a pessoa fazer o exame, o direito de provar que não está embriagado quando for autuado tem que ser do condutor. Ele tem que dizer: "Eu quero fazer o exame para provar que não estou embriagado". E que a negativa de fazer seja considerada com uma condução de veículo em situação de alcoolismo.

Temos que respeitar e prezar esses direitos individuais, mas eles não podem ser jamais em detrimento do bem coletivo, em detrimento da vida, em detrimento da sociedade. Há, no dia a dia, um elevado número de mortes ocorrendo e a Justiça, infelizmente, está sendo lenta, morosa e benevolente com o autor dos crimes. Portanto, isso me preocupa muito e sei que também preocupa o Parlamento, os governantes e os administradores.

Inclusive, tivemos, nesta Casa, na comissão de Transportes, a visita do inspetor Silvinei Vasques, da Polícia Rodoviária Federal, relatando as melhorias que está procurando fazer para implementar a fiscalização, inclusive tirando muitos agentes das atividades administrativas para que passem efetivamente a atuar na atividade operacional, ou seja, na beira de pista, que é o jargão utilizado pelos policiais federais, estando presente na fiscalização das nossas rodovias.

Então, a criação de novos postos da Polícia Rodoviária, o aumento do número de agentes nesse atendimento e a lei mais rigorosa vão fazer com que tenhamos rodovias com um trânsito mais humanizado.

Há poucos dias eu me reportei também nesta tribuna a respeito do trânsito nos perímetros urbanos, à questão da faixa de segurança. Vemos que as pessoas não têm respeito pela faixa. A grande maioria dos pedestres não utiliza a faixa de segurança para fazer o cruzamento da via, e muitas pessoas apressadas não respeitam aquele cidadão que está ingressando na faixa de segurança e quer

ter a sua integridade e o seu direito à vida respeitados.

Deputado Jorge Teixeira, lá em Balneário Camboriú a avenida Atlântica - e v.exa. conhece bem - é um local onde as pessoas caminham e praticam o seu exercício durante a manhã, ou quase todo o dia. Portanto, é um local onde o trânsito deveria ser lento, mas, muitas vezes, vemos pessoas utilizando a avenida Atlântica e não parando na faixa de segurança, fazendo ziguezague, ultrapassagens.

Então, é importante que possamos ter a implementação de um maior rigor no trânsito, seja o trânsito urbano, seja o trânsito das rodovias estaduais e federais.

Entendo também que é necessário que seja feito um trabalho junto à secretaria da Educação e às escolas, porque é importante que esse aprendizado venha dos primeiros anos de vida. Como é bonito ver uma criança de sete, oito anos já cobrando que se cumpra efetivamente aquilo que estabelece a legislação de trânsito.

Então, é importante que se faça esse trabalho nas séries iniciais do ensino fundamental, neste estado e neste país, que efetivamente a educação no trânsito seja algo que venha de berço, da escola, para que possamos reduzir o número de vítimas. Estamos verificando todos os finais de semana de cinco a dez homicídios, normalmente relacionados ao tráfico de drogas, a pessoas envolvidas com a criminalidade.

Eu sempre disse que a pessoa que se envolve com as drogas, deputada Dirce Heiderscheidt, tem sorte se vai para a cadeia, porque o normal é logo ir para o cemitério. Para as pessoas que se envolvem com o crime e com o tráfico de drogas é esse o caminho.

E, infelizmente, o trânsito ceifa vidas de jovens estudantes. A grande maioria das vítimas nos acidentes não possui 25 anos de idade. São pessoas de bem, com potencialidade, que estão iniciando a vida, recém-formados ou universitários que acabam tendo as suas vidas ceifadas pelo acidente de trânsito. Nesta semana os noticiários locais apresentaram a morte de um menino de cinco anos que foi atropelado por uma motocicleta que fazia racha no perímetro urbano.

Então, é urgente que o estado preocupe-se, que não viremos apenas estatísticas. Na verdade, estamos perdendo vidas humanas, não números. E não apenas passa a ser uma vida humana quando é alguém que conhecemos, alguém próximo.

Portanto, é importante que tenhamos essa preocupação com o trânsito nas rodovias federais e com o trânsito urbano nas nossas cidades.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. parlamentares, público que nos acompanha pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, pessoas que se fazem presentes neste Plenário.

Apesar de já mencionado pelo deputado Elizeu Mattos e pelo deputado Maurício Eskudlark, gostaria de dar as boas-vindas à rainha Jéssica Salmória, à primeira princesa, Márcia Lima, à segunda princesa, Deise Paim, que virão daqui a pouco a esta tribuna convidar todo o público catarinense para a 6ª Festa do Imigrante, que acontecerá no município de Anita Garibaldi.

E muito carinhosamente cumprimento o vice-prefeito do município de Anita Garibaldi, Júlio César Pinheiro, que está acompanhando também essa comitiva que irá divulgar a festa, e o vereador Judemar Forest Júnior.

Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense e sintam-se em casa. Que possam daqui a alguns anos pertencer a esta Casa, fazendo as leis para o estado catarinense. Estaremos, se possível, presentes na 6ª Festa do Imigrante, no município de Anita Garibaldi.

Hoje, no horário do nosso partido, o PT, quero falar das mudanças que acontecem no Brasil com o investimento na área da Educação. Isso já foi falado e idealizado pelo ex-presidente Lula com a continuidade e a anuência da presidente Dilma Rousseff.

(Passa a ler.)

"Na última sexta-feira realizei uma visita ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, no *campus* de Blumenau.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC) possui atualmente seis *campi* distribuídos pelo estado, além da reitoria que está instalada na cidade de Blumenau.

O Instituto Federal Catarinense divulgou os cursos que vão abrir os trabalhos da instituição no *campus* de Blumenau. As aulas no novo *campus* começarão em fevereiro de 2012, com duas modalidades de cursos técnicos em informática. No primeiro processo seletivo, o instituto espera abrir 14 vagas.

Em visita, na última sexta-feira, conversei com o reitor do Instituto Federal Catarinense, o professor Cláudio Koller. Ele informou que a implantação do *campus* Blumenauense foi feita de forma estratégica naquela localidade, porque a estrutura está situada numa via de acesso rápido, às margens da BR-470, e vai atender à população de Blumenau e também aos alunos de cidades vizinhas, Pomerode, Indaial, Luiz Alves, Timbó e outros municípios localizados no médio vale do Itajaí.

O reitor também lembrou que nos próximos anos a oferta de cursos deverá incluir áreas como gestão ambiental, gestão de saúde, ciências da computação, engenharia mecânica,

além de opções para a capacitação de professores, que é uma deficiência nessa região.

A estrutura que abrigará também as salas de aula do instituto foi parcialmente concluída, mas receberá várias ampliações já no próximo ano. Com a compra desse terreno, em que anteriormente funcionava uma indústria da nossa região, o governo federal investiu cerca de R\$ 7, 9 milhões. Trata-se de uma área de 55.000m².

Os cursos oferecidos naquela localização serão gratuitos, custeados totalmente pelo governo federal. Na visita ao Instituto Federal Catarinense de Blumenau também recebemos a informação de processo licitatório, em curso, para as obras da reforma de adequação da atual estrutura, no valor de R\$ 3,2 milhões.

Concluída essa obra, o instituto terá capacidade de atender a cerca de 1.200 estudantes em formação em cursos superiores e técnicos. Com relação à educação tecnológica, há poucos dias, a presidente Dilma Rousseff sancionou a lei que cria o Pronatec. Ao sancionar essa lei, criando um programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego, a presidente Dilma Rousseff disse que a formação profissional de jovens e adultos é um dos pilares para o desenvolvimento do país, ou seja, com mais pessoas tendo acesso à renda e também fortalecendo o mercado interno da indústria nacional. Assim, estamos vendo o crescimento do nosso país e tendo o reconhecimento internacional.

O programa vai oferecer oito milhões de vagas até o ano 2014 em cursos de formação técnica e profissional para estudantes do ensino médio das escolas públicas. Essa também é uma boa nova para os trabalhadores, e para isso serão investidos R\$ 24 bilhões.

Dilma Rousseff, a nossa presidente, destacou que o Pronatec faz parte do movimento iniciado no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao mesmo tempo em que universaliza o ensino, investe na qualidade, na expansão da educação, em todas as regiões do país. É também, na visão da presidente, a oportunidade para que muitos jovens e adultos obtenham o conhecimento e as práticas necessárias para ingressarem no mercado de trabalho.

O mercado de trabalho abriu muitas vagas. O que precisamos agora é capacitar essas pessoas para ingressarem no mercado formal de trabalho, porque é isso que está necessitando a juventude e também os brasileiros e as brasileiras.

Disse a presidente Dilma Rousseff: 'O Brasil é do tamanho dos nossos sonhos, do sonho de cada um de nós. Mas também, além de ser do tamanho dos sonhos, é do tamanho das oportunidades que damos para os brasileiros e brasileiras realizarem seus sonhos. E tenho muito orgulho de dizer que o Pronatec é a maior marca, o maior instrumento, a maior iniciativa, a maior ação no sentido de realização do sonho e do futuro de muitos jovens brasileiros.'

Terão prioridade no acesso ao Pronatec, srs. deputados e sras. deputadas, estudantes do ensino médio da rede pública, beneficiários do Programa Bolsa Família, agricultores, deputado Dirceu Dresch, e descendentes de indígenas.

A legislação estimula ainda o aumento de vagas ofertadas para pessoas com deficiência. Essa é a mudança que está acontecendo no nosso país.

Serão criadas 5,6 milhões de vagas nos cursos de curta duração para a qualificação profissional de trabalhadores, outras 2,4 milhões de vagas serão destinadas aos cursos técnicos voltados para estudantes de ensino médio, com duração de pelo menos um ano o curso.

Pelo Pronatec o governo também vai construir inúmeros institutos federais. Serão 208 novos locais que abrigarão esses estudantes do nosso país.

Assim, a nossa juventude terá uma grande oportunidade de qualificação e também de acesso à educação.

Faço um apelo aos srs. parlamentares, ao público catarinense, aos sindicatos patronais, aos sindicatos de trabalhadores, às entidades patronais de Santa Catarina para que busquem as informações necessárias para garantir, no estado de Santa Catarina, à juventude catarinense o acesso a esse programa de qualificação profissional para a juventude, o Pronatec. Desse modo as mulheres e os homens que não tiveram oportunidade de estudo agora terão com esse novo programa do governo federal."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, sra. deputada Ana Paula Lima.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, nosso representante do planalto norte de Santa Catarina, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, hoje, assomo à tribuna para tratar da audiência pública que realizamos na segunda-feira à tarde a respeito da Ponte Hercílio Luz.

Estavam presentes o presidente da comissão de Transportes, deputado Valmir Comin, os deputados Reno Caramori, Edison Andriano e Neodi Saretta, muitas autoridades do governo e da própria sociedade. A audiência foi muito prestigiada e a platéia muito participativa. Na verdade, nessa audiência pública, tivemos a oportunidade de fazer muitas indagações, de elucidar muitas dúvidas.

Ao mesmo tempo, deputado Reno Caramori, temos muitas dúvidas sobre como vai acontecer, se é que vai acontecer, a recuperação da ponte Hercílio Luz. Obviamente, não vamos ter tempo suficiente aqui para detalhar todas as indagações e informações

que lá obtivemos, mas nos chamou muito a atenção quando fizemos algumas indagações. A Ponte Hercílio Luz é um patrimônio catarinense e nacional, uma referência tanto no aspecto turístico, pela sua beleza natural, como pela sua história. Todos nós catarinenses temos muito orgulho da ponte. A ponte é orgulho não só para os florianopolitanos, mas para todos os catarinenses e uma atração para aqueles que nos visitam de outros estados e de outros países.

Retomando o raciocínio inicial, por que a empresa não fez a sondagem subaquática para executar essa relevante grande obra? Deputado Reno Caramori e deputado Antônio Aguiar, eu tive a oportunidade de passar, em 1971, pela primeira vez, na Ponte Hercílio Luz. Todos nós sabemos que há necessidade de uma sondagem subaquática, mas tivemos uma resposta um tanto que evasiva ou nada convincente. Imaginamos que, como foi construída a ponte Pedro Ivo Campos e a ponte Colombo Salles, a profundidade até encontrar o solo seja aproximadamente de 30m, 35m. Eu, se sou engenheiro, porque foi construída outra obra nas proximidades, vou imaginar que a profundidade ali também vá ser de 30m ou 35m.

Na verdade, depois de iniciadas as obras, é que deram conta de que naqueles 30m, 35m o solo encontrado, a laje de pedras, segundo eles, já tinha fendas, estava comprometida. Portanto, não daria suporte para fazer a suspensão, ou seja, o maquiamento da ponte. Portanto, se não dá para suspender, tem que ir a uma profundidade maior. E é preciso fazer uma sondagem. Então, a situação já mudou, não houve uma resposta efetiva nesse aspecto. Em segundo lugar, há apenas uma balsa trabalhando, repito, numa obra dessa relevância.

Para se dar condições de trabalho, somente a estrutura provisória vai custar nada menos do que R\$ 84 milhões. Portanto, uma obra que está estimada, está lá no contrato, a um valor na ordem de R\$ 200 milhões não tem um cronograma definido de execução, uma vez que sequer pouco foi executado, somente o lado continental, deixando o lado da ilha com um vão que está suspenso no canal. Assim sendo, a expectativa está muito longe do que nós, do que a população espera quanto à execução e recuperação da Ponte Hercílio Luz. Se tudo correr bem, ficará pronta até o final de 2012, mas para dar condições de tráfego, segundo o projeto, só em 2014.

Diante dessa situação, sr. presidente - não sou engenheiro, mas tenho como buscar informações de quem conhece, não há outra alternativa, até para o bem da população catarinense e para o bem do dinheiro público -, sugiro ao governo do estado que rescinda esse contrato e faça uma nova licitação internacional, para que uma empresa que tenha acervo, que tenha condições, que tenha estrutura, capacidade e competência recupere a Ponte Hercílio Luz, porque como está não dá. A resposta foi de que poderá cair.

Ora, se estão trabalhando e estamos na iminente expectativa de a ponte cair, não há

outra solução. Eu sugiro, então, e quero crer que muitos aqui que participaram vão dar apoio total ao governador, que seja rescindido esse contrato e contratada uma empresa que possa definitivamente executar esse projeto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Foi aprovado nas comissões o PLC n. 0039/2011, de autoria do Ministério Público, que cria Promotorias de Justiça, cargos de promotor de Justiça e cargos de assistente de Promotoria de Justiça na estrutura orgânica do Ministério Público do Estado e adota outras providências.

Consulto os srs. líderes se podemos votar a matéria hoje.

(Os líderes aquiescem.)

Votaremos logo em seguida a matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0215/2011, de origem governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Porto União (Educação de Jovens e Adultos - EJA).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em votação.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0287/2011, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Praia Grande (construção e instalação do Centro de Referência da Assistência Social - Cras).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0382/2011, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Balneário Gaivota (construção de ginásio de esportes).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de

Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0353/2011, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis (propiciar um local para a Academia Catarinense de Letras e Artes desenvolver suas atividades).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0385/2011, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Barra Bonita (rua Buenos Aires).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0387/2011, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Bombinhas (construção de portal de atendimento ao turista).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0389/2011, de origem governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Florianópolis (desenvolvimento de projetos sociais voltados ao esporte).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0400/2011, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóveis no município de Joinville (construção e instalação de unidades escolares de ensino médio).

Ao projeto foi acrescentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0401/2011, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Santa Terezinha (prestação de serviços na área da saúde).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0402/2011, de origem governamental, que autoriza a doação de

imóvel no município de Xanxerê (instalação de centro de educação infantil).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0298/2011, de autoria do deputado Dado Cherem, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos do Autismo do Litoral de Santa Catarina - AMA -, de Balneário Camboriú.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0304/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que declara de utilidade pública a Associação Cultural Ivete Mazali, do município de Porto União.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0323/2011, de autoria de deputado Gelson Merisio, que declara de utilidade pública o Instituto Porta do Sol, de São Francisco do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0411/2011, de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Rádio Liberdade - ABCCRL -, de São Bento do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0416/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública a Associação Voz de Muitas Águas, de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0447/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública a Associação Cultural Beneficente João Ungur, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0006/2010, de autoria do deputado Gilmar Knaesel e outros, que autoriza o presidente da Assembleia Legislativa a tomar medidas necessárias para a convocação de plebiscito com a finalidade de modificação ou manutenção do Hino do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Ao projeto foi acrescentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Esta matéria, com emenda substitutiva global, retira o plebiscito e permite à Presidência da Casa propiciar os debates através de comissões para a modificação ou não do atual hino existente.

Não se trata de plebiscito, apenas é o *caput* da matéria encaminhada. A emenda substitutiva global substitui o plebiscito por uma comissão interna da Casa, com a participação de representantes da sociedade para discutir a alteração ou não do Hino de Santa Catarina.

Em discussão.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, sr. presidente.

Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, ao longo do tempo, nesta Casa, aprendemos que o ideal em política é muito difícil, temos que ir pelo possível.

No ano passado, no final da legislatura, colhemos 34 assinaturas dos srs. deputados daquela legislatura favoráveis à proposição de um plebiscito para discutirmos com a sociedade catarinense a questão que considero importante, porque faz parte de um dos símbolos do nosso estado, do nosso hino.

Todos sabem que o nosso hino foi escrito em determinado momento político do nosso país, na abolição da escravatura, que motivou os compositores tanto da letra quanto da música a inserir a proposta desse hino para ser o hino brasileiro, o hino nacional, e não sendo vitoriosos nesse encaminhamento, essa proposição foi posteriormente inserida em Santa Catarina para ser o hino de Santa Catarina.

Portanto, naquele momento histórico o Brasil discutia a abolição da escravatura. E se observarmos a letra do nosso hino, que tem, com certeza, uma poesia magnífica, ela não está enquadrada com o nosso estado em nada. Nem na questão cultural geográfica nem da nossa economia ou das belezas naturais.

Ao longo dos anos, esse hino vem tendo pouca aceitação por parte dos catarinenses. Se observarmos, não apenas dentro do universo das pessoas que estão na vida escolar ou das pessoas adultas, muitos poucos catarinenses conseguem cantar o nosso hino, conseguem memorizar a sua letra e identificar-se com ele.

Essa discussão é longa. Nós discutimos essa questão longamente com o secretário de Cultura, no ex-governo Luiz Henrique, como também com o Conselho Estadual de Cultura, mas há tendências favoráveis à sua manutenção e à sua alteração. Por isso apresentamos a possibilidade do plebiscito.

A atual Mesa Diretora, liderada pelo nosso presidente - temos que caminhar juntos naquilo que é possível em política -, entendeu fazer um substitutivo global à proposta, no sentido de compor uma comissão de notáveis que possam ter um prazo de 90 dias, após a promulgação da lei, do nosso decreto legislativo, para discutir, com a participação da Assembleia Legislativa, juntamente com três representantes indicados pela Mesa Diretora, três representantes do Poder Executivo, indicados pelo governador, preferencialmente da secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, da Fundação Catarinense de Cultura e também do Conselho Estadual de Cultura, e dois membros, um indicado pela Academia Catarinense de Letras e outro pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Entendemos, sr. presidente, que essa propositiva da Mesa, através do substitutivo global, atende, neste momento, ao nosso objetivo de abrir essa discussão nesta Casa, no sentido de, através dessa comissão e, posteriormente, do voto em plenário, decidirmos por um novo ou a manutenção do atual hino de Santa Catarina.

Volto a dizer que muitas vezes fomos criticados por alguns setores no sentido de que a Assembleia não tem coisa mais importante para se preocupar. A essas pessoas eu respondo: por que não? Por que não discutimos um dos símbolos do nosso estado, que é o hino que precisa, acima de tudo, ser cantado, como nos estados vizinhos? Quem acompanha um pouco o futebol e assiste a algum jogo do Rio Grande do Sul, tanto do Internacional quanto do Grêmio, vê a torcida cantando o hino do seu estado com muito fervor e paixão, porque efetivamente se identifica com ele.

Por isso, sr. presidente, quero cumprimentá-lo, como também a Mesa Diretora, e peço o apoio de todos os srs. deputados para a votação favorável a essa propositiva.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está em discussão o Projeto de Decreto Legislativo n. 0006/2010.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

O PL n. 0374/2011 foi retirado de pauta.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0444/2011, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 12.804, de 2003, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Comunitários de Correia Pinto.

Conta com parecer favorável da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0486/2011, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 11.321, de 1999, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Curitibaanos.

Conta com parecer favorável da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu não me inscrevi anteriormente para discutir o projeto referente à doação de imóvel, mas a nossa bancada tem sempre se preocupado quanto à questão de o estado se desfazer de patrimônios, vender terrenos, e aqui temos o caso de doação de terrenos para municípios.

Nós entendemos que essa é uma ação importante. O estado possui os terrenos e o município vai aprová-los.

Ontem, ouvimos o pronunciamento do deputado Edison Andrino manifestando uma preocupação com relação a essa questão. Repassam um terreno para o município, mas que uso ele vai fazer do mesmo? A lei normalmente coloca, de forma clara, que o terreno deve ser usado para aquele fim, e se não é usado para aquele fim, tem que devolvê-lo para o estado. Nesse caso, tivemos uma situação aqui diferente.

Então, é uma questão que precisamos estar muito atentos, sr. presidente e srs. deputados, pois quando se repassa os terrenos para os municípios eles têm que cumprir a função para qual foram destinados. Caso contrário, esse bem, essa estrutura tem que voltar para o estado.

Então, quero frisar somente essa questão da importância de os municípios aproveitarem bem esses terrenos e a Assembleia também fazer um acompanhamento para saber se isso está sendo cumprido, no caso aqui se as áreas de terra estão sendo destinadas aos municípios.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Dirceu Dresch, no que diz respeito a essa questão, sou absolutamente solidário com o encaminhamento de v.exa., porque também concordo que tanto o município quanto o estado não deveriam vender imóveis. Agora, dar bom uso aos imóveis como utilidade pública é outra atividade que tem que ser entendida.

Por isso, quando se trata de repasse de bem do estado para que o município use, deve sempre ser visto com bons olhos. Entendo que devemos dar atenção a essas questões quando tramitarem as matérias nas comissões, que é o local adequado para que possamos tirar as dúvidas e trazer pressão oficial do governo e também emendar quando for o caso. Mas essas matérias já foram encaminhadas e serão votadas. Nas próximas fica sempre a lembrança de darmos atenção a esses pontos, pois de fato são importantes.

Esta Presidência encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0626/2011, de autoria do deputado Altair Guidi; 0627/2011, 0628/2011 e 0629/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch; e 0630/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal.

Esta Presidência comunica ainda que defere de plano os Requerimentos n.s: 1.478/2011, 1.479/2011, 1.480/2011, 1.481/2011, 1.482/2011, 1.483/2011, 1.484/2011, 1.485/2011, 1.486/2011, 1.487/2011, 1.488/2011, 1.489/2011, 1.490/2011, 1.491/2011, 1.492/2011, 1.493/2011, 1.494/2011, 1.495/2011, 1.496/2011, 1.497/2011, 1.498/2011, 1.499/2011, 1.500/2011, 1.501/2011, 1.502/2011, 1.503/2011, 1.504/2011, 1.505/2011, 1.506/2011, 1.507/2011, 1.508/2011 e 1.509/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 1.510/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 1.511/2011 e 1.512/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 1.513/2011, 1.514/2011, 1.518/2011, 1.519/2011 e 1.520/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, 1.515/2011 e 1.516/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.517/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 1.521/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal; e 1.522/2011, 1.523/2011 e 1.524/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Moção n. 0137/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviada aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de São Martinho, Massaranduba e Lacerdópolis, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.	Em discussão.	Aprovada.
Moção n. 0138/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider, a ser enviada ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Lacerdópolis, cumprimentando-os pelo aniversário do município.	(Pausa)	Moção n. 0147/2011, de autoria do deputado Ciro Roza, a ser enviada ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Governador Celso Ramos, cumprimentando-os pelo aniversário do município.
Em discussão.	Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.	Em discussão.
(Pausa)	Em votação.	(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.	Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.	Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.	Aprovada.	Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.	Moção n. 0143/2011, de autoria do deputado Ciro Roza, a ser enviada ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de São Martinho, cumprimentando-os pelo aniversário do município.	Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.	Em discussão.	Aprovada.
Moção n. 0139/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider, a ser enviada ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Massaranduba, cumprimentando-os pelo aniversário do município.	(Pausa)	Moção n. 0148/2011, de autoria do deputado Ciro Roza, a ser enviada ao prefeito e ao presidente das Câmaras de Vereadores de Antônio Carlos, cumprimentando-os pelo aniversário do município.
Em discussão.	Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.	Em discussão.
(Pausa)	Em votação.	(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.	Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.	Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.	Aprovada.	Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.	Moção n. 0144/2011, de autoria do deputado Ciro Roza, a ser enviada ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Massaranduba, cumprimentando-os pelo aniversário do município.	Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.	Em discussão.	Aprovada.
Moção n. 0140/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider, a ser enviada ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de São Martinho, cumprimentando-os pelo aniversário do município.	(Pausa)	Moção n. 0149/2011, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, a ser enviada aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Lacerdópolis, Massaranduba, São Martinho, Chapadão do Lageado e Lages, cumprimentando-os pela passagem do aniversário dos respectivos municípios.
Em discussão.	Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.	Em discussão.
(Pausa)	Em votação.	(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.	Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.	Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.	Aprovada.	Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.	Moção n. 0145/2011, de autoria do deputado Ciro Roza, a ser enviada ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Lacerdópolis, cumprimentando-os pelo aniversário do município.	Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.	Em discussão.	Aprovada.
Moção n. 0141/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada aos presidentes das Câmaras dos Deputados e da comissão de Educação e Cultura desta Casa e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, manifestando apoio ao PL n. 7639/2010.	(Pausa)	Pedido de Informação n. 0168/2011, de autoria do deputado Pedro Baldissera, a ser enviado aos secretários da Justiça e Cidadania e da Administração, solicitando informações sobre a relação de convocação, nomeação e posse das candidatas aprovadas no concurso referente ao Edital n. 0001/2011 para a vaga de agente penitenciário feminino.
Em discussão.	Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.	Em discussão.
(Pausa)	Em votação.	(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.	Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.	Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.	Aprovada.	Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.	Moção n. 0146/2011, de autoria do deputado Ciro Roza, a ser enviada ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Rancho Queimado, cumprimentando-os pelo aniversário do município.	Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.	Em discussão.	Aprovado.
Moção n. 0142/2011, de autoria do deputado Ciro Roza, a ser enviada ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Lages, cumprimentando-os pelo aniversário do município.	(Pausa)	Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.
	Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.	
	Em votação.	
	Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.	

Antes de passar para Explicação Pessoal, quero informar aos srs. deputados que há dois pedidos para a suspensão da sessão, conforme resolução desta Casa - um de autoria do deputado Antônio Aguiar e outro de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Por ordem de registro, vamos suspender a presente sessão por cinco minutos para que o acadêmico de engenharia Jackson Luiz Jarzynski, da Universidade do Contestado, possa explanar sobre a importância da realização da 4ª Semana Acadêmica de Engenharia Florestal.

Após a explanação, esta sessão será suspensa por dez minutos para que o vice-prefeito de Anita Garibaldi, sr. Júlio César Pinheiro, que é presidente da feira daquele município, possa apresentar a sua exposição.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - com a palavra, pela ordem o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Quero saudar os acadêmicos Jackson Luiz Jarzynski, Douglas Rafael Lanke e Marcelo Boreki. São acadêmicos da Universidade do Contestado, do município de Canoinhas, que vieram fazer um convite a todos catarinenses para participar do evento que diz respeito ao Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está suspensa a sessão por 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Angela Albino.

(Pausa)

Na ausência da deputada Angela Albino, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Antônio Aguiar, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, faço uso da tribuna na tarde desta quarta-feira, deputada Ana Paula Lima, para tecer alguns comentários relacionados à audiência pública que tivemos a oportunidade, através da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, de promover aqui na Assembleia Legislativa, na segunda-feira próxima passada. Na ocasião, tivemos a oportunidade de debater um assunto exaustivamente com mais de dez expositores, pessoas renomadas, com conhecimento técnico e científico, muitos com formação em PhD, e todos foram contundentes em relação ao risco de colapso da Ponte Hercílio Luz.

Eu, presenciando todo aquele debate, deputado Silvio Dreveck - e v.exa. foi um dos

propositores da audiência pública -, percebi, realmente, que o monumento, um ícone da nação brasileira, precisa ser tratado com carinho. A senhora ponte precisa, urgentemente, de uma atenção por parte do governo do estado.

Em 1924, iniciou-se esse trabalho e em 19 meses construíram a ponte com guinchos tocados a vapor. Antes que os trechos de acesso ficassem prontos por parte do estado, a ponte já estava concluída e já havia uma lei anterior à construção dela prevendo o pedágio naquele momento, em que se cobrava de cavalo, de carroça e de carros. É engraçado porque quando passava um casamento era pago um "x" e quando morria alguém era pago com 50% de desconto.

Então, já havia esse conceito do pedágio naquela época porque as pessoas somente tinham a alternativa de atravessar o canal através da balsa ou de canoa. Assim, tinham a oportunidade de fazê-lo através da Ponte Hercílio Luz.

Passado todo esse tempo, ela, sem a sua devida manutenção, corre sério risco de colapso. E o que eu estou falando é alicerçado em cima de embasamento técnico de pessoas renomadas, entendidas no assunto.

Eu tive a oportunidade até de fazer um questionamento e uma comparação ao mesmo tempo. Naquela oportunidade, eu disse que não era médico, mas imaginava que, se fosse médico, poderia adentrar em meu consultório um cidadão com os dois joelhos estourados e um pulmão perfurado. Eu fiz o seguinte questionamento: o médico atacaria que ponto primeiro? Certamente não precisa ser um experto no assunto para entender que precisaria curar o paciente através do pulmão para depois fazer a reconstituição dos joelhos. No entanto, o processo de investimento feito, de R\$ 32 milhões, na Ponte Hercílio Luz foi totalmente inverso, ou seja, trataram primeiro os joelhos e esqueceram o pulmão. Ou seja, gastaram os R\$ 30 milhões nas pernas, ou seja, na parte do Estreito e na parte norte da ilha, as duas cabeceiras, que é parte fixa que não corre risco, e esqueceram o vão central, que é a parte principal do processo, que é o pulmão. E com isso realmente colocaram essa ponte em um risco considerável de colapso.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Quero cumprimentá-lo, deputado Valmir Comin, pelo seu pronunciamento. Acho que todos já estão conscientes da importância da nossa ponte. Mas somente quero lembrar que quando iniciou o processo da restauração tínhamos apresentado um projeto para que a ponte ficasse eminentemente como uma preservação de patrimônio histórico para o turismo e fosse utilizada apenas para a passagem de pedestres e, no máximo, de motocicletas. Mas aí a secretaria da Infraestrutura entendeu que ela poderia ser revitalizada para o transporte pesado. Este é o grande problema: vai-se

investir milhões e milhões para fazer a recuperação da ponte para poder desafogar talvez 10% do trânsito que, hoje, é o problema da Grande Florianópolis. E se tivessem optado por um projeto turístico, ela já estaria recuperada com segurança, teria-se gastado muito menos e ficaria como o grande cartão-postal de Santa Catarina e do Brasil, como ela já é.

Por isso, quero aproveitar a oportunidade para cumprimentá-lo e dizer que é necessária, hoje, uma ação urgente para dar segurança à nossa ponte.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Deputado Gilmar Knaesel, eu vou incorporar a sua fala ao meu pronunciamento.

Mas quero dizer que a estatística mostra que a ponte tem capacidade para escoar 45 mil veículos/dia. Evidentemente que isso não seria a solução da questão da mobilidade urbana de Florianópolis, mas seria uma media paliativa, conciliando com isso a questão do portal turístico, a referência que é a Ponte Hercílio Luz não somente para Santa Catarina, mas para o Brasil e também para o mundo.

Eu tive o cuidado de escrever alguma coisa ainda hoje - e, inclusive, pude encaminhar para a imprensa -, e vou discorrer desta tribuna como presidente da comissão de Transportes:

(Passa a ler.)

"A Ilha da Magia

Participei e tomei conhecimento, nesta segunda-feira, de dois importantes eventos sobre o futuro da nossa cidade. A restauração da Ponte Hercílio Luz e a visão eletrônica do que poderá ser a quarta ligação ilha-continente.

Na Hercílio Luz, ante o colapso, a prioridade é de urgência, urgentíssima: há necessidade de salvamento de nosso patrimônio histórico.

A audiência pública realizada pela comissão de Transportes da Assembleia Legislativa foi taxativa em sua conclusão: acelerar a execução da obra que visa recuperar, restaurar e reabilitar a Ponte Hercílio Luz em prazo máximo de 22 meses e oito meses para o seu salvamento. Decisão de estadista.

Já a quarta ligação, a chamada quarta ponte, insere-se no contexto de região metropolitana. Aí estão incluídos os estudos de origem/destino, a definição do local mais adequado e a realização de sondagem, quem interfere na definição do estilo da nova obra de arte. Decisão de planejador.

Amar Florianópolis é pensar grande. E ter macrovisão exige a efetiva participação da comunidade, de seu Plano Diretor, na visão de Guga Kuerten. Este conceito deve definir a direção para onde vamos e como queremos crescer!

Penso que devem ser considerados, desde já, a pronta execução do anel de contorno da BR-101, ligando Biguaçu a Palhoça; a relocação do aeroporto internacional para a região de Tijuquinhas; a integração rodod-ferroviária; o estabelecimento de dois núcleos

habitacional/turístico/tecnológico/universitário, no norte e no sul (Campeche) da ilha; a preservação do centro histórico da cidade, aí incluída a recuperação da Ponte Hercílio Luz; as pontes de ligação ao continente, a quarta ponte no norte e a quinta no sul; e, por fim, o estabelecimento de rotas marítimas internas e internacionais.

São novos modelos de ocupação de espaços, de acessibilidade urbana, de concepção turística, de prestação de serviço e de produção tecnológica, caminhando para humanizar o nosso ambiente com segurança, no sentido amplo, ao consagrar uma definitiva marca para a cidade, relembrando a missão do engenheiro Hercílio Luz para a capital de todos os catarinenses: a nossa Ilha da Magia!"

Por isso, eu entendo, amigo deputado Silvio Dreveck, que esse é um assunto pertinente, pois a ponte é um símbolo histórico, um patrimônio de valor imensurável, e não podemos perder essa referência tanto para o turismo e, concomitantemente, aos futuros acessos para amenizar a questão da mobilidade urbana não somente na ilha, mas no conjunto, num conceito de região metropolitana. É dessa forma, sob um prisma macro, que devemos quebrar esse paradigma de os municípios trabalharem isoladamente. Precisamos agir dentro de uma visão macro, de um conceito de conjunto, o conceito de região metropolitana.

Era isto o que eu tinha a dizer, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edison Andrino.

(Pausa)

Com a ausência do deputado Edison Andrino, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark.

(Pausa)

Com a ausência do deputado Maurício Eskudlark, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Silvio Dreveck, o leão do planalto norte, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Compartilhado por v.exa., que sobe a serra Dona Francisca, sr. presidente, e que nos honra com a sua participação em muitos eventos no planalto norte e no nordeste catarinense.

Sras. deputadas e srs. deputados, ainda para contribuir um pouco, deputado Valmir Comin, com a sua brilhante fala a respeito da ponte Hercílio Luz, quero dizer que é evidente que todos temos que nos empenhar para que esse ícone, um patrimônio imensurável, no mínimo seja, como diz v.exa., estabilizado para depois se fazer a sua recuperação. O que não se pode permitir é que, por um acidente, venha a desabar essa histórica Ponte Hercílio Luz. Mas isso não vai acontecer! Eu acredito que ainda há tempo de se fazer essa estabilização para que não aconteça o que muitos revelaram na audiência pública.

Mas, sr. presidente e srs. deputados, eu quero fazer, neste momento, um registro importante que ocorreu no dia de ontem, na cidade de São Bento do Sul, mais precisamente na comarca daquela cidade, oportunidade em que se comemorou 120 anos da comarca de São Bento do Sul, deputado Nilson Gonçalves.

Em 1891 foram criadas as primeiras comarcas de Santa Catarina, entre elas a de São Bento do Sul, a de Joinville, sua cidade, deputado Nilson Gonçalves, entre outras. Essa foi, de fato, uma decisão importante, na época, do Tribunal de Justiça, que estendeu o serviço da Justiça de Santa Catarina em várias regiões, na medida em que o estado foi crescendo, a população foi aumentando.

E tivemos, no dia de ontem, essa comemoração, oportunidade em que o presidente do Tribunal de Justiça, dr. José Trindade dos Santos, estava presente, assim como também o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, o eminente desembargador Sérgio Torres Paladino. E na ocasião eu tive a oportunidade de saber que ele atuou como promotor público na comarca de São Bento do Sul e que, no início, essa comarca congregava três municípios: São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre. No decorrer dos anos, na década de 70 para 80, foi criada a comarca de Rio Negrinho e São Bento do Sul permaneceu com o município de Campo Alegre, tendo ainda este município como pertencente à comarca de São Bento do Sul.

Isso nos remete a registrar esse momento, tendo em vista os depoimentos daqueles que lá foram homenageados: um dos advogados mais antigos da Comarca, o dr. Aníbal Cordeiro; o são-bentense e um advogado atuante há muitos anos na Comarca, o dr. Bráulio José Roesler; o serventuário que hoje já está no exercício da inatividade, mas que trabalhou por 47 anos na Comarca de São Bento do Sul e representou todos os serventuários, o sr. Emílio Jhontgm, mais conhecido como Furis; além do magistrado que coordena todos os magistrados de Santa Catarina, o dr. Luiz Felipe, que trabalha no Tribunal de Justiça, em Florianópolis.

Cito ainda as demais autoridades que participaram dessa comemoração dos 120 anos da instalação da comarca de São Bento do Sul: o prefeito Magno Bollmann; o vice-prefeito, Flávio Ervino Schuhmacher; a presidente da Câmara Municipal, vereadora Nilva Marli Larsen Holz; o vereador Antônio Joaquim Tomazini Filho; o diretor do fórum, o juiz Edson Luiz de Oliveira; além de tantas outras autoridades.

Dou um destaque especial para todos que por lá passaram e atuaram como juizes e promotores. Sem dúvida, os depoimentos de todos aqueles que atuaram na comarca de São Bento do Sul foram os mais brilhantes, reconhecendo que a comarca de São Bento do Sul é um exemplo para Santa Catarina e o Brasil, pelas pessoas que compõem a nossa querida São Bento do Sul, que são trabalhadoras e atuam na sociedade com respeito. E, por conta disso, a própria Justiça tem uma condição melhor, até, de ter uma

atuação mais eficiente, porque não há tantos conflitos quanto os que ocorrem em outras comarcas, conforme depoimentos lá relatados no dia de ontem.

Então, quero, de modo muito especial, parabenizar todos.

Gostaria, ainda, de lembrar, neste momento, que essa homenagem dos 120 anos foi feita por iniciativa do nosso grande magistrado lá de São Bento do Sul, o dr. Romano Enzweiler. Foi ele que tomou essa iniciativa de comemorar os 120 anos de instalação da comarca de São Bento do Sul e que liderou todo esse processo. Foi uma cerimônia simples, mas muito significativa para a comunidade de São Bento do Sul e para toda a população são-bentense.

Parabéns à comarca de São Bento do Sul, ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público, a todos aqueles que participaram e à Justiça catarinense, que é um bom exemplo não somente para Santa Catarina, mas para todo o Brasil.

Sr. presidente, agradeço a oportunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL que neste momento ainda acompanham os trabalhos nesta Casa, especialmente no município de Joinville, pois às 17h é encerrada a transmissão da sessão pela TVAL e começa a TV Câmara, em Joinville. Portanto, ainda tenho mais sete minutos para conversar com a minha região.

Quero aproveitar, sr. presidente, para fazer o encaminhamento verbal de um requerimento a ser enviado ao jornal *Notícias do Dia*, de Joinville, à sua direção e também ao Luís Meneguim, diretor-geral, com os nossos votos de congratulações pelos cinco anos de existência daquele jornal no município de Joinville.

Esse jornal, desde o primeiro dia, propôs-se a ter a cara de Joinville. A cidade de Joinville é o seu principal norte de trabalho. Assim tem feito e aconteceu. O jornal *Notícias do Dia* talvez esteja, hoje, entre os jornais mais lidos de Santa Catarina. Eu não tenho dúvida nenhuma disso.

Gostaria, então, que a nossa homenagem fosse registrada neste plenário e estendida, através de encaminhamento desta Casa, congratulando esse jornal em nome deste deputado e claro em nome deste Parlamento.

Queríamos também prestar uma homenagem às pessoas que trabalham com radiodifusão no município de Joinville. Solicito que sejam encaminhados aos radiodifusores, às emissoras de rádio de Joinville os nossos sentimentos de respeito e admiração, bem

como as congratulações pelos 70 anos da Rádio Difusora no município de Joinville. São 70 anos de história dessa rádio em Joinville. E faço parte há pelo menos 29 anos.

Sr. presidente, tomamos conhecimento de que uma comissão formada pela Câmara de Vereadores esteve em Florianópolis, conversando com o secretário da Fazenda, para tomar conhecimento, de corpo presente, sobre a questão do financiamento no valor de R\$ 40 milhões que deve ser liberado pelo BNDES com o aval do governo do estado. Os vereadores de Joinville formaram uma comissão para acompanhar isso por conta da demora, do tempo de espera para a liberação do financiamento.

Não foi uma nem duas vezes que vimos a promessa, com segurança absoluta, de que o dinheiro ia sair, e até saiu em matérias de jornal. Há uma matéria datada de 15 de junho que diz: "O prefeito de Joinville Carlito Merss e o secretário de Infraestrutura Mauro Mariani participam na segunda-feira (que já foi há muito tempo) no Rio de Janeiro de importante reunião na sede do BNDES. O encontro com a direção do banco será para definir detalhes da liberação do financiamento do Programa de Integração Regional e Desenvolvimento Urbano de Joinville".

Estiveram lá o prefeito, o secretário regional de Joinville, o secretário da Infraestrutura, os deputados federais, o governador do estado. Enfim, não sei mais quem falta ir até lá.

O conhecimento que eu tenho é de que essa comissão também vai ao Rio de Janeiro para saber do andamento da liberação desses fatídicos R\$ 40 milhões para o município de Joinville.

Parece piada. E quando falamos nisso, em Joinville, as pessoas riem. Cada vez que se toca nesse assunto em Joinville as pessoas riem. Esses R\$ 40 milhões passaram a ser motivo de chacota. Já virou piada!

Eu tinha a esperança de que o governador, na volta da sua viagem à Europa, nesse périplo que fez pela região norte e nordeste, quando esteve em Corupá, Jaraguá do Sul, Guarimir e Schroeder, iria até Joinville também para assinar a questão desses R\$ 40 milhões, porque havia esse entendimento. Mas de concreto, até agora, mesmo quando todos estão afirmando que o dinheiro está na boca do caixa, não tem nada. Está aqui, de testemunha, o Chaves, ex-prefeito de Guaruva, que nos está visitando. Seja bem-vindo!

Até agora de concreto não tem nada! E essa comitiva que vai de Joinville até o Rio de Janeiro, certamente, vai ouvir também alguém da direção do BNDES dizer que podem voltar para casa, que o dinheiro vai sair. Mas eu já estou como São Tomé, acredito somente quando vejo.

Sr. presidente, uma coisa muito parecida está acontecendo em relação, também, à BR-280. Eu não sei se falta força política. Não para nós, do norte, porque a temos.

Ex-prefeito Chaves, faça as contas comigo! Temos no norte e nordeste dois senadores, um deles ex-governador, dois deputados federais de Joinville e três deputados estaduais. O secretário da maior SDR de Santa Catarina está também em Joinville. O polo industrial mais forte de Santa Catarina está lá,

representado por Udo Döhler, que é o presidente da Acij.

Então, representatividade de Santa Catarina existe e é muito forte. Agora, resta saber se em nível nacional essa nossa representatividade é forte. Eu estou quase não duvidando de que o estado de Santa Catarina continua sendo considerado um dormitório entre Paraná e Rio Grande do Sul.

Estou querendo acreditar, porque o baixinho que nos atendeu lá - e perdoem-me a irreverência, mas estamos tão irritados que acabamos sendo irreverente -, o ministro, não sabia que a BR-280 ficava em Santa Catarina! Não sabia! Preciso pedir licença à comitiva naquela ocasião e retirar-se por 15 minutos para depois voltar, tendo tomado pé da situação, e conversar com conhecimento da situação. Marcou uma nova audiência para o dia 9 de novembro com toda aquela comitiva, o ex-governador, o senador, os deputados federais e tal. Marcou para o dia 9 de novembro uma nova audiência. Mas a secretária do ministério mandou um e-mail para cada uma das pessoas que estavam naquela comitiva, que recebi na segunda-feira, dizendo que o ministro adiou a reunião, sem data remarcada, porque ele tinha outras duas audiências mais importantes, em Brasília. Estava escrito: "Tenho duas audiências mais importantes para atender. Não vou ter tempo para atender aos senhores do estado de Santa Catarina". E, assim, estamos, sr. presidente, aguardando pacientemente marcarem uma nova audiência para tratar da duplicação da BR-280.

Nosso querido amigo Chaves, de Garuva, estamos brigando. Inclusive, foi colocado no Orçamento o desvio do tráfego no município de Garuva, que é um assunto seriíssimo.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, todos que assistem esta sessão, especialmente o ex-prefeito José Chaves, de Garuva, acompanhado de lideranças e amigos.

Gostaria de dar duas informações. Primeiramente, quero abordar o convênio da Escola do Legislativo, e já quero cumprimentar o presidente Joares Ponticelli e toda sua equipe, pois está iniciando, na semana que vem, um curso de pós-graduação, nesta Casa, para os servidores efetivos e comissionados na área do Direito Eleitoral.

Todos sabem que no ano que vem teremos eleições municipais e mais uma vez ficam dúvidas sobre a lei eleitoral: o que vale, o que não vale, o que pode, o que não pode. E nada melhor do que termos, na nossa assessoria, pessoas já bem informadas a respeito da lei eleitoral.

Então, numa parceria da Escola do Legislativo com o IEP, que é um instituto que trabalha com pós-graduação, de notoriedade nessa área também, será oferecida aos assessores a possibilidade de se especializar nessa questão, que é, sem dúvida, um dos temas importantes da próxima eleição.

Os grandes marqueteiros falam que a eleição do ano que vem tem duas composições: o candidato e a assessoria jurídica, e de preferência duas, uma para poder fazer a defesa do candidato e outra para achar as irregularidades dos adversários. Coloco isso apenas, em tom de brincadeira, para dizer que esse é hoje o *slogan* dos marqueteiros.

Mas é importante trazer essa informação ao plenário, consequentemente a todos os gabinetes parlamentares. Já está sendo divulgado através da *internet*, mas nada melhor do que darmos conhecimento ao plenário dessa importante possibilidade que está sendo oferecida pela Escola do Legislativo.

Em segundo lugar trago a informação, sr. presidente e demais deputados que acompanham a sessão, de que, na semana que vem, a partir de sexta-feira, estarei incorporando uma comitiva de prefeitos e representantes, especialmente do médio vale do Itajaí, numa viagem internacional à Espanha e à Alemanha, em busca de conhecimento numa área que é hoje um grande desafio para todos os municípios, o lixo.

Hoje há toda uma infraestrutura necessária para que o meio ambiente, acima de tudo, seja respeitado na questão da coleta e do destino final do lixo. E nada melhor do que observar os países que já possuem experiências e projetos consolidados. A Alemanha é o país, com certeza, que mais rapidamente desenvolveu tecnologias para dar o destino final ao lixo tanto industrial como caseiro, enfim para todas as formas de lixo.

Nesse sentido, os prefeitos do vale do Itajaí querem constituir um consórcio entre eles para fazer frente a essa demanda. Além disso, existe também o acompanhamento da Promotoria Pública, que tem sido muito cobradora no sentido de buscar tais soluções. E queremos, acima de tudo, despertar a consciência desses prefeitos a fim de buscar efetivamente uma experiência que possa dar o destino final do lixo.

Então, estarei representando a Assembleia Legislativa, por determinação do nosso presidente, nessa viagem. O grupo vai a Barcelona, Berlim. Visitará especialmente, na região norte da Alemanha, pequenas cidades, para conhecer a questão dos consórcios e as várias formas de tratar o lixo.

Então, queria dar conhecimento ao plenário de que estaremos fora do país por uma semana, fazendo o acompanhamento dessa comitiva de prefeitos do médio vale do Itajaí.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 102ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves -

Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Esta Presidência comunica a esta Casa, com pesar, o falecimento, em Florianópolis, aos 78 anos, do ex-ministro da

Agricultura, Dejandir Dalpasquale, que foi vereador, prefeito, deputado estadual e federal.

Por essa razão, ao prestarmos uma homenagem a esse parlamentar e em cumprimento ao inciso II do art. 91 do nosso Regimento Interno, declaramos encerrada a presente sessão, convocando outra, ordinária, para a próxima quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 018-DL, de 2011

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o art. 40 e seus parágrafos do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONSTITUIU Fórum Parlamentar em Defesa da Pessoa Idosa, integrado

pelos Senhores Deputados Dirce Heiderscheidt, Valmir Comin, Neodi Saretta, Dóia Guglielmi, Sargento Amauri Soares, Narcizo Parisotto, Angela Albino, Altair Guidi e Jorge Teixeira, objetivando a criação e implementação de políticas públicas em prol do bem estar dos idosos. PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 17 de novembro de 2011

Deputado Gelson Merisio

Presidente

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 21 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE IMPRENSA.

Às catorze horas, do dia vinte e um do mês de setembro do ano de dois mil e onze, reuniram-se, sob a Presidência da *Deputada Luciane Carminatti*, os *Deputados: Dirce Heiderscheidt, Kennedy Nunes, Luiz Eduardo Cherem, Ismael dos Santos e Angela Albino*. A Presidente agradeceu a presença dos Deputados e colocou em votação Ata da terceira Reunião Extraordinária, de dezessete de agosto de dois mil e onze, que foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento a *Presidente*, relatou os **PL/0181.0/2011, PL/0335.0/2011, PL/0336.0/2011, PL/0355.3/2010, OF./0494.9/2011, OF./0493.8/2011, OF./0486.9/2011, OF./0463.2/2011 e OF./0484.7/2011**, todos aprovados por unanimidade; o *Deputado Kennedy Nunes*, relatou os **OF./0600.4/2011 e OF./0598.5/2011**, aprovados por unanimidade; a *Deputada Angela Albino*, relatou os **OF./0299.8/2011, OF./0495.0/2011, OF./0267.0/2011 e OF./0124.1/2011**, aprovados por unanimidade; a *Deputada Dirce Heiderscheidt*, que relatou os **OF./0571.5/2011, OF./0566.8/2011, OF./0422.4/2011, OF./0592.0/2011 e OF./0599.6/2011**, todos aprovados por unanimidade; o *Deputado Luiz Eduardo Cherem*, relatou os **OF./0383.3/2011, OF./0512.5/2011, OF./0391.3/2011, OF./0244.4/2011, OF.0569.0/2011 e OF./0281.9/2011**, aprovados por unanimidade; o *Deputado Ismael dos Santos*, relatou os **OF./0574.8/2011, OF./0324.3/2011, OF./00583.9/2011, OF./0312.0/2011, OF./0399.0/2011 e PL./0367.7/2009**, todos aprovados por unanimidade; o *Deputado Romildo Titon*, relatou o **OF./0514.7/2011**, aprovado por unanimidade. Dando continuidade, a Presidente deu prosseguimento as deliberações: Moção 01/2011, recebida da V Conferência de Assistência Social de Xaxim; Moção 037/2011, Câmara Vereadores de Concórdia,

solicitando providências atendimento Socioeducativo Provisório-CASEP; Requerimento recebido em 06/09/2011, *Deputado Dirceu Dresch*, solicitando Audiência Pública "Abertura do Regime Militar e Apoio a Comissão da Verdade", dia 21/09/11, cancelada, aguardando nova data; Requerimento *Deputada Luciane Carminatti*, solicitando Audiência Pública "O Dilema dos Trabalhadores do BESC no BANCO DO BRASIL e Ofício nº 305/2011, da *Deputada Dirce Heiderscheidt*, solicitando autorização para as 07 Audiências Públicas "Adoção Laços de Amor", com a Presidência, todos aprovados. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião, da qual eu,.....Mª de Lourdes Nasário, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 21 de setembro de 2011.

Luciane Carminatti

Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais

*** X X X ***

DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.298, de 17 de novembro de 2011

Autoriza o Presidente da Assembleia Legislativa a tomar medidas com a finalidade de modificação ou manutenção do Hino do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do art. 48, inciso VII, da Constituição do Estado e do art. 184, inciso V, do Regimento Interno, DECRETA:

Art. 1º Fica o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina autorizado a tomar as medidas necessárias para a promoção da alteração ou manutenção do Hino do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Para os fins do disposto no artigo anterior será constituída uma comissão composta por oito membros de reconhecido

conhecimento em música e letras, a qual terá o prazo de noventa dias para a decisão quanto a alteração ou manutenção do Hino do Estado de Santa Catarina.

§ 1º A comissão a que alude o *caput* deste artigo será composta pelos seguintes membros:

I - três indicados pela Mesa da Assembleia Legislativa;

II - três indicados pelo Chefe do Poder Executivo, sendo preferencialmente:

a) um representante da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte;

b) um representante da Fundação Catarinense de Cultura; e

c) um representante do Conselho Estadual de Cultura;

III - dois indicados pelas seguintes entidades:

a) um pela Academia Catarinense de Letras; e

b) um pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

§ 2º A comissão será presidida por um dos representantes indicados pela Mesa da Assembleia Legislativa.

Art. 3º A comissão de que trata o artigo anterior tem a finalidade de elaborar o concurso, regulamentar, dirigir e aprovar a letra e música ou letra que comporão o novo Hino do Estado de Santa Catarina, tendo o prazo de doze meses para a conclusão dos trabalhos.

Art. 4º Homologado o novo Hino do Estado de Santa Catarina pela Mesa, esta elaborará e apresentará projeto de lei.

Art. 5º As despesas que se fizerem necessárias à execução do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotações próprias da Assembleia Legislativa.

Art. 6º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 17 de novembro de 2011.

Deputado Gelson Merisio

Presidente

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 628/11

Ofício HSR nº 0075/2011 Jacinto Machado, 31 de Outubro de 2011 Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Hospital São Roque**, de Jacinto Machado referente ao exercício de 2010.

Ari Possamai Della

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 09/11/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 629/11

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Conselho Comunitário do Bairro Bela Vista**, referente ao exercício de 2010.

Lido no Expediente

Sessão de 16/11/11

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 3024, de 17 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **LOURDES MARIA PEREIRA SEDLACEK**, matrícula nº 6841, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 16 de novembro de 2011 (Gab Dep Ana Paula Lima).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3025, de 17 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar,

código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Jailson Lima da Silva para o gabinete da Deputada Odete de Jesus Prestes Nascimento, por um período de sessenta dias, a contar de 16 de novembro de 2011.

Matr	Nome do Servidor	Código e Nível do Cargo
6963	ALESSANDRA APARECIDA GARCIA	PL/GAB-50
	EDER ALEXANDRE MARTINS	PL/GAB-57
6174	ELI MARI DIAS	PL/GAB-48
5335	ELIANA KRUSCINSK DE OLIVEIRA	PL/GAB-53
6222	ERENO MARCHI	PL/GAB-35
6832	ERVIN SPERANDIO	PL/GAB-40
5332	FLAVIO CARDOSO	PL/GAB-31
6420	GUSTAVO VERISSIMO	PL/GAB-24
5811	JAQUELINE ANDREIA FERREIRA	PL/GAB-43
5333	JONES OURIQUES	PL/GAB-40
6039	JORANDI ZONTA	PL/GAB-51
5655	JULIANA RODRIGUES DA SILVA	PL/GAB-43
6543	LEANDRO HEINZEN	PL/GAB-67
5219	MAICOM KAMMERS	PL/GAB-33
5532	MARCELO QUIRINO GOULART	PL/GAB-65
6417	MARLETI HUNTEMANN DA SILVA	PL/GAB-42
4689	NATALINO BONACOLSI	PL/GAB-46
5481	NERESI LEAL FRONZA	PL/GAB-50
5326	TARCISIO KOCK	PL/GAB-59
6721	THIAGOO MARTINS BECHKERT	PL/GAB-43
6531	VANDERLEI ZIMMERMANN	PL/GAB-60
5231	WILSON DE LIMA SOUZA	PL/GAB-75

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3026, de 17 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência relativo à lotação do servidor efetivo **PAULO CESAR RODRIGUES**, matrícula nº 1374, do gabinete do Deputado Jailson Lima da Silva para o gabinete da Deputada Odete de Jesus Prestes Nascimento, por um período de 60 dias, a contar de 16 de novembro de 2011.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3027, de 17 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado o servidor **PAULO CESAR RODRIGUES**, matrícula nº 1374, do gabinete do Deputado Jailson Lima da Silva para o gabinete da Deputada Odete de Jesus Prestes Nascimento, por um período de 60 dias, a contar de 16 de novembro de 2011.

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 501/11

Dispõe sobre a realização do Exame de Oximetria de Pulso, **Teste do Coraçãozinho**, em todos os recém-nascidos nos hospitais e maternidades do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O exame de Oximetria de Pulso, **Teste do Coraçãozinho**, deverá integrar o rol de exames obrigatórios a serem realizados nos recém-nascidos atendidos nos hospitais e maternidades do Estado.

Art. 2º O exame deverá ser realizado nos membros superiores e inferiores dos recém nascidos, após as suas primeiras 24 (vinte e quatro) horas de vida, quando a criança ainda estiver no berçário e antes da alta hospitalar.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de cento e vinte dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis,
Deputado GELSON MERISIO

Lido no Expediente
Sessão de 17/11/11

JUSTIFICATIVA

Atualmente a cardiopatia congênita é detectada em alguns recém-nascidos somente após a alta hospitalar, o que resulta em morbidade significativa e ocasionalmente em morte.

A Oximetria de Pulso é um exame indolor, utilizado para medir os níveis de oxigênio no sangue, devendo ser realizado em recém-nascidos assintomáticos, após 24 horas de vida e antes da alta hospitalar, visando detectar a presença de cardiopatia congênita grave que coloca em risco a vida da criança. Sendo detectada alteração na oximetria, a investigação de problema cardiológico é então aprofundada.

Nos hospitais e maternidades, quando da estada dos neonatos nos berçários, os recém-nascidos deverão se submeter a exame de análise de saturação do oxigênio no sangue, sendo que, se for detectado oxigênio abaixo de 95%, deve ser realizado ecocardiograma para investigar a existência de cardiopatia congênita.

Ocorre com bastante frequência ser concedida alta aos recém-nascidos e posteriormente estes bebês precisarem retornar ao hospital, após curto espaço de tempo, com problemas muitas vezes graves, que poderiam ter sido detectados e investigados antes da alta pós-parto, por meio da Oximetria de Pulso, tal qual concluiu o estudo realizado pela Universidade de Birmingham e Birmingham Women's Hospital, no Reino Unido.

O trabalho realizado pelos cientistas de Birmingham, publicado no jornal científico Lancet, envolveu 20.000 bebês aparentemente saudáveis de seis maternidades no Reino Unido, todos rastreados por intermédio de um oxímetro de pulso, tendo sido constatado que aqueles com níveis mais baixos de oxigênio após o nascimento tinham mais risco de problemas no coração.

Dos 195 bebês que tiveram resultado anormal no teste, 26 apresentaram importantes problemas cardíacos congênitos e, aproximadamente 46, apresentaram outros problemas que necessitariam tratamentos urgentes.

São inúmeras as pesquisas realizadas que apontam os benefícios dessa prática para os bebês, no entanto, o exame de rotina somente é realizado no âmbito das UTIs neonatais, não se aplicando aos berçários com os bebês aparentemente normais.

É certo que o teste não detecta todas as doenças cardíacas, mas representa um grande avanço no que diz respeito às formas de prevenção de doenças. Os pais e cuidadores devem também ser informados que a oximetria de pulso, isoladamente, pode não detectar todos os casos de cardiopatia congênita crítica e, assim, um resultado de teste negativo não exclui a possibilidade de doença cardíaca.

Vale lembrar que, durante o pré-natal, o ecocardiograma fetal, que pode ser realizado entre a 18ª e 24ª semana, já é capaz também de indicar algum problema no coração do bebê. No entanto, considerando que o ecocardiograma fetal nem sempre faz parte dos exames solicitados pelo médico durante o pré-natal, a oximetria de pulso, que incorre em muito baixo custo, poderá salvar vidas, desencadeando investigação cardiológica mais profunda nas crianças.

Constatou-se, com grata satisfação, que projetos semelhantes estão sendo elaborados nos parlamentos de diversas cidades do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, Araraquara, Presidente Prudente, Itajaí, Lages, e tem encontrado muita receptividade dos legisladores e aprovação da sociedade.

O projeto que apresento a esta Casa Legislativa, por conceder prazo bastante dilatado para sua regulamentação, fornece tempo suficiente para ajustes de medidas e de procedimentos necessários ao fiel cumprimento da lei dele decorrente, bem como não fere qualquer princípio estatuído na Carta Magna Federal ou Estadual.

A realização de exames de detecção de doenças cardíológicas tanto na fase intra-uterina quanto nos recém-nascidos, é uma reivindicação da **Associação de Assistência à Criança Cardiopata - Pequenos Corações**, que por muito tempo vem alertando para a necessidade do **Teste do Coraçozinho**, com o intuito de minimizar os riscos de defeitos congênitos mais letais decorrentes da ausência de diagnóstico precoce.

Atendendo a reivindicação da referida instituição, e entendendo se tratar de mais uma ferramenta importante para salvar vidas, proponho o presente lei que "Dispõe sobre a realização do exame de Oximetria de Pulso, Teste do Coraçozinho, em todos os recém nascidos nos hospitais e maternidades do Estado", solicitando o apoio dos meus nobres pares para a sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 502/11

Determina a veiculação de mensagens educativas sobre o uso de drogas em shows, eventos culturais e esportivos voltados ao público infanto-juvenil, bem como nos respectivos ingressos.

Art. 1º Os promotores de shows, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil no Estado de Santa Catarina deverão realizar inserções no decorrer dos espetáculos, em locais de circulação do evento, assim como nos respectivos ingressos, de mensagens educativas sobre os malefícios das drogas e informações sobre as penalidades aplicáveis aos traficantes e usuários.

Parágrafo Único. Nos ingressos as mensagens deverão ser impressas e, durante os eventos, deverão constar em painéis ou, alternativamente, em faixas, cartazes, meios áudios-visuais, entre outros meios de divulgação.

Art. 2º A inobservância desta Lei sujeitará aos infratores à multa a ser determinada em regulamento próprio.

Art. 3º Fica a critério do Poder Executivo estabelecer as normas para viabilizar as denúncias do descumprimento da determinação da presente Lei.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias contados a partir da data de sua publicação.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente
Sessão de 17/11/11

JUSTIFICATIVA

A luta contra as drogas é missão de toda a sociedade e nela não se pode desperdiçar nenhum espaço disponível. Os shows e eventos culturais e esportivos voltados para a população infanto-juvenil constituem excelente instrumento para a divulgação de mensagens educativas de orientação e informação sobre o tráfico e o consumo de substâncias psico-ativas. Este é o principal fundamento do presente Projeto de Lei.

O art. 205 da Constituição Federal estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e que deve ser promovida e incentivada com "a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa.". Não é, portanto, uma demasia estabelecer a colaboração dos promotores de shows destinados à população infanto-juvenil neste Projeto de Lei. É justamente aí que cabe à sociedade pronunciar-se e agir. Se nada for feito, quem mais aproveitará a oportunidade oferecida pelos espetáculos que concentram esta faixa etária serão os que, justamente, levam os jovens a delinquir, particularmente os traficantes.

De outro lado, de nada adianta fixar esta obrigação em lei se nada se fará em caso de inobservância. Daí que o PL estabelece uma penalidade em caso de descumprimento da lei. Caso contrário, ela não terá eficácia, não terá força coercitiva quando seu cumprimento for desafiado. Uma lei sem sanção é uma faca sem gume. É até desmoralizante para o Parlamento aprovar uma lei sem efeitos práticos, permanecendo apenas no discurso das boas intenções. A lei é um preceito, uma ordem que necessita ser provida de sanção.

Submeto, pois, a matéria à consideração dos meus nobres Pares na confiança de que estaremos avançando mais um passo na proteção das crianças e adolescentes, como preconiza a Carta Magna no art. 227, colocando-os "a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão", e, no caso presente, das drogas.

Portanto, conto com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 503/11

Dispõe sobre a obrigatoriedade de se utilizar pulseira com sensor eletrônico sonoro, feito de material antialérgico e bactericida para identificação e segurança de recém-nascido, de crianças ou juridicamente incapazes nos hospitais, estabelecimentos de serviços de saúde e nas maternidades públicas e privadas situadas no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 1º Os hospitais, estabelecimentos de saúde e as maternidades públicas e privadas do Estado de Santa Catarina ficam obrigados a colocar no recém-nascido, imediatamente após o parto, nas crianças ou juridicamente incapazes internados, pulseira de identificação com sensor eletrônico sonoro.

Parágrafo único. A pulseira terá um sensor de alarme e será fixado por meio de um dispositivo no pulso do recém-nascido, da criança ou do juridicamente incapaz.

Art. 2º As unidades de saúde referidas no art. 1º ficam obrigadas a adotar identificação rigorosa e controle do fluxo das pessoas que entram e saem de suas dependências, instalando em todas as saídas sistemas que acionem o dispositivo sonoro da pulseira de identificação.

Art. 3º - A pulseira somente poderá ser desativada por funcionário autorizado pela instituição hospitalar após a alta, na presença da mãe ou do responsável.

Art. 4º - A empresa e ou instituição contratada para prestação deste serviço especializado deve possuir equipamento patenteado, certificado internacionalmente, com representante técnico responsável para atuar na área hospitalar, bem como experiência e credibilidade no sistema de saúde nacional.

Art. 5º - A inobservância desta Lei sujeitará a parte infratora penalidades a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Fica a critério do Poder Executivo estabelecer as normas para viabilizar as denúncias do descumprimento da determinação da presente Lei.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do Estado e dos Municípios nos casos de estabelecimentos de saúde públicos e por conta da própria instituição hospitalar em caso de estabelecimentos privados.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias contados a partir da data de sua publicação.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 17/11/11

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei constitui-se em mais uma contribuição à luta para reverter à atual situação de insegurança das maternidades em razão dos inúmeros casos de troca ou roubo de recém-nascidos.

No mundo, segundo estudos são entregue aproximadamente de forma trocada, ou seja, por engano cerca de vinte crianças todos os dias. No Brasil já ocorreram mais de vinte casos de seqüestros de bebês em ambientes hospitalares somente no ano de 2011.

Os casos de trocas e seqüestros de bebês em hospitais e maternidades continuam a causar sofrimento a muitas famílias, que vêem seu grande sonho se transformar em pesadelo.

Este projeto de lei é de suma importância, pois visa obrigar todas as maternidades dos hospitais públicos e privados do Estado a implantarem a pulseira eletrônica que deve ser colocada no pulso do recém-nascido, da criança e pacientes juridicamente incapazes.

Para reforçar ainda mais essa segurança, nas portas de entrada e saída dos hospitais haverá dispositivos que acionarão o alarme caso alguém saia com criança portando a pulseira. O alarme terá também a função de alertar os funcionários dos hospitais sobre a saída de qualquer criança das dependências das unidades de saúde.

A proposta é necessária, pois será uma maneira eficaz de defender a integridade da família e a do bebê, pois muitos são os casos noticiados nos veículos de comunicação sobre recém-nascidos sequestrados nas maternidades.

Leis semelhantes já estão em vigor em alguns municípios de São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul e Amapá.

Portanto, pela relevância da matéria, conto com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 0006.9/2010

O Projeto de Decreto Legislativo nº 0006.9/2010 passa a tramitar com a seguinte redação:

"PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 0006.9/2010

Autoriza o Presidente da Assembleia Legislativa a tomar medidas com a finalidade de modificação ou manutenção do Hino do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência exclusiva outorgada ao Poder Legislativo pelo inciso II do artigo 40 da Carta Magna Estadual, com aprovação plenária do Colegiado desta Casa Legislativa,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina autorizado a tomar as medidas necessárias para a promoção da alteração ou manutenção do Hino do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Para fins do disposto no artigo anterior será constituída uma comissão composta por oito membros de reconhecido conhecimento em música e letras, a qual terá prazo de noventa dias para decisão quanto a alteração ou manutenção do Hino do Estado de Santa Catarina.

§ 1º A comissão a que alude o *caput* deste artigo será composta pelos seguintes membros:

I - três indicados pela Mesa da Assembleia Legislativa;

II - três indicados pelo Chefe do Poder Executivo, sendo preferencialmente:

a) um representante da Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte;

b) um representante da Fundação Catarinense de Cultura; e

c) um representante do Conselho Estadual de Cultura;

III - dois indicados pelas seguintes entidades:

a) um pela Academia Catarinense de Letras; e

b) um pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

§ 2º A comissão será presidida por um dos representantes indicados pela Mesa da Assembleia Legislativa.

Art. 3º A comissão de que trata o artigo anterior tem a finalidade de elaborar o concurso, regulamentar, dirigir e aprovar a letra e música ou letra que comporão o novo Hino do Estado de Santa Catarina, tendo o prazo de doze meses para conclusão dos trabalhos.

Art. 4º Homologado o novo Hino do Estado de Santa Catarina pela Mesa, esta elaborará e apresentará projeto de lei.

Art. 5º As despesas que se fizerem necessárias à execução do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotações próprias da Assembleia Legislativa.

Art. 6º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado GELSON MERISIO

Presidente

Secretário

Secretário

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 05/11/11

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Substitutiva Global tem como objetivo erradicar da proposição original as disposições relativas à realização de plebiscito para a alteração ou manutenção do hino do Estado de Santa Catarina, em razão do elevado custo financeiro que tal evento acarretaria à Alesc, bem como para fixar, à comissão referida neste Projeto de Decreto Legislativo, os prazos de noventa dias para a decisão quanto à alteração ou manutenção do citado Hino, e de doze meses para a conclusão dos trabalhos.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. 006/10

Autoriza o Presidente da Assembleia Legislativa a tomar medidas com a finalidade de modificação ou manutenção do Hino do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Art. 1º Fica o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina autorizado a tomar as medidas necessárias para a promoção da alteração ou manutenção do Hino do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Para os fins do disposto no artigo anterior será constituída uma comissão composta por oito membros de reconhecido conhecimento em música e letras, a qual terá o prazo de noventa dias para a decisão quanto a alteração ou manutenção do Hino do Estado de Santa Catarina.

§ 1º A comissão a que alude o *caput* deste artigo será composta pelos seguintes membros:

I - três indicados pela Mesa da Assembleia Legislativa;

II - três indicados pelo Chefe do Poder Executivo, sendo preferencialmente:

a) um representante da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte;

b) um representante da Fundação Catarinense de Cultura; e

c) um representante do Conselho Estadual de Cultura;

III - dois indicados pelas seguintes entidades:

a) um pela Academia Catarinense de Letras; e

b) um pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.
§ 2º A comissão será presidida por um dos representantes indicados pela Mesa da Assembleia Legislativa.

Art. 3º A comissão de que trata o artigo anterior tem a finalidade de elaborar o concurso, regulamentar, dirigir e aprovar a letra e música ou letra que comporão o novo Hino do Estado de Santa Catarina, tendo o prazo de doze meses para a conclusão dos trabalhos.

Art. 4º Homologado o novo Hino do Estado de Santa Catarina pela Mesa, esta elaborará e apresentará projeto de lei.

Art. 5º As despesas que se fizerem necessárias à execução do presente Decreto Legislativo correrão à conta de dotações próprias da Assembleia Legislativa.

Art. 6º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 215/11

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Porto União.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Porto União, pelo prazo de 4 (quatro) anos, o uso gratuito de uma sala de aula durante o período noturno no imóvel onde se encontra instalada a EEB Clementino Britto, registrado sob o nº 11.953 no Registro de Imóveis da Comarca de Porto União e cadastrado sob o nº 3558 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por finalidade atender os alunos da Educação de Jovens e Adultos - EJA por parte do Município de Porto União.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao cessionário, em face da gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Canoinhas.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 287/11

Autoriza a doação de imóvel no Município de Praia Grande.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por intermédio do Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA, autorizado a desafetar e doar ao Município de Praia Grande o imóvel contendo 531,00 m² (quinhentos e trinta e um metros quadrados), com benfeitoria, matriculado sob o nº 14.374 no Registro de Imóveis da Comarca de Turvo e cadastrado sob o nº 4095 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade a construção e instalação do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS por parte do Município de Praia Grande.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo Presidente do Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA ou por quem for legalmente constituído.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 298/11

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos do Autismo do Litoral de Santa Catarina - AMA, de Balneário Camboriú.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos do Autismo do Litoral de Santa Catarina - AMA, com sede no Município de Balneário Camboriú.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 304/11

Declara de utilidade pública a Associação Cultural Ivette Mazali, do Município de Porto União.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural Ivette Mazali, com sede no Município de Porto União.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 323/11

Declara de utilidade pública o Instituto Porta do Sol, de São Francisco do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Porta do Sol, com sede no Município de São Francisco do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente,

para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de novembro de 2011
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 353/11

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Academia Catarinense de Letras e Artes - ACLA, pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso gratuito de parte do imóvel denominado Edifício Berenhhausen, que corresponde ao 3º andar, com área de 100,00 m² (cem metros quadrados), registrado sob o nº 35.218 no 1º Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 01013 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. De acordo com o que determina a Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, em seu art. 7º, parágrafo único, inciso I, fica dispensada a concorrência para concessão de uso de que trata esta Lei por ser a entidade constituída de fins sociais e declarada de utilidade pública pela Lei nº 14.310, de 11 de janeiro de 2008.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por finalidade propiciar um local para que a entidade desenvolva suas atividades.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à concessionária, em face da gratuidade da concessão de uso.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pela concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e da concessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de novembro de 2011
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 382/11

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Balneário Gaivota.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Balneário Gaivota, o imóvel com área de 1.968,00 m² (um mil, novecentos e sessenta e oito metros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 60.389 no Registro de Imóveis da Comarca de Sombrio.

Art. 2º A aquisição de que trata esta Lei tem por finalidade a construção de um Ginásio de Esportes para atender a EEF Profª Doralina Clezar da Silva e a comunidade do Bairro da Lagoa de Fora.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Araranguá.

Art. 4º O Estado será representado no ato da transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Araranguá.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de novembro de 2011
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 385/11

Autoriza a doação de imóvel no Município de Barra Bonita.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Barra Bonita uma área de 54,06 m² (cinquenta e quatro metros e seis decímetros quadrados) do lote urbano nº 46-A, sem benfeitorias, pertencente ao imóvel matriculado sob o nº 29.519 no Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel d' Oeste, e cadastrado sob o nº 02731 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade afetar a área como bem de uso comum do povo, regularizando a localização da Rua Buenos Aires pelo Município de Barra Bonita.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Miguel d' Oeste.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de novembro de 2011
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 387/11

Autoriza a doação de imóvel no Município de Bombinhas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Bombinhas o imóvel com área de 300,30 m² (trezentos metros e trinta decímetros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 1.816 no Registro de Imóveis da Comarca de Tijucas e cadastrado sob o nº 00318 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade a construção de um portal de atendimento ao turista por parte do Município de Bombinhas.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Itajaí.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de novembro de 2011
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 389/11

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder à Fundação Municipal de Esportes de Florianópolis, pelo prazo de 5 (cinco) anos, o imóvel constituído por um terreno situado na Rua Dib Cherem, nº 2.773, onde se encontra instalado o Ginásio de Esporte Saul Oliveira, contendo uma área ocupacional de 1.643,70 m² (um mil, seiscentos e quarenta e três metros e setenta decímetros quadrados), registrado sob os nºs 20.714, 20.715 e 20.763 no 1º Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 00977 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

§ 1º A cessão de uso de imóvel de que trata o caput deste artigo fica condicionada à continuidade do uso do Ginásio para a prática desportiva dos alunos da Escola de Educação Básica Edith Gama Ramos.

§ 2º A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por finalidade o desenvolvimento de projetos sociais voltados ao esporte.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo reversão antecipada ou o término da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao cessionário, em face da gratuidade da cessão.

Art. 5º Os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à consecução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso, serão de responsabilidade do cessionário.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei para definir as demais obrigações e direitos do Estado e da Fundação.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo Secretário de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0400.2/2011

O Projeto de Lei nº 0400.2/2011 passa ter a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº 0400.2/2011

Autoriza a aquisição de imóveis no município de Joinville.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do município de Joinville, os seguintes imóveis:

I - duas áreas de terras, sendo:

a) uma área de terra contendo 5.518,50 m² (cinco mil, quinhentos e dezoito metros e cinquenta decímetros quadrados), matriculada sob nº 31.111 no 2º Registro de Imóveis da Comarca de Joinville;

b) uma área de terra contendo 4.819,65 m² (quatro mil, oitocentos e dezenove metros sessenta e cinco decímetros quadrados), matriculada sob nº 31.112 no 2º Registro de Imóveis da Comarca de Joinville.

II - uma área de terra contendo 20.012,05 m² (vinte mil, e doze metros e cinco decímetros quadrados), matriculada sob nº 31.090 no 3º Registro de Imóveis da Comarca de Joinville; e

III - uma área de terra contendo 9.768,68 m² (nove mil, setecentos e sessenta e oito metros e sessenta e oito decímetros quadrados), matriculada sob nº 120.463 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Joinville.

Parágrafo único. No caso dos imóveis descritos nos incisos I e II do art. 1º, as construções devem ser concluídas no prazo de quatro anos, contado da publicação desta Lei no Diário Oficial.

Art. 2º A aquisição de que trata esta Lei destina-se à construção e instalação de unidades escolares de Ensino Médio.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com anuência do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de quatro anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação dos imóveis, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joinville.

Art. 7º O estado será representado no ato da transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Joinville.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em

Deputado Dado Cherem

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 09/11/11

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 400/2011

Autoriza a aquisição de imóveis no Município de Joinville.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Joinville, os seguintes imóveis:

I - duas áreas de terra, sendo:

a) uma área de terra contendo 5.518,50 m² (cinco mil, quinhentos e dezoito metros e cinquenta decímetros quadrados), matriculada sob o nº 31.111 no 2º Registro de Imóveis da Comarca de Joinville;

b) uma área de terra contendo 4.819,65 m² (quatro mil, oitocentos e dezenove metros e sessenta e cinco decímetros quadrados), matriculada sob o nº 31.112 no 2º Registro de Imóveis da Comarca de Joinville;

II - uma área de terra contendo 20.012,05 m² (vinte mil, doze metros e cinco decímetros quadrados), matriculada sob o nº 31.090 no 3º Registro de Imóveis da Comarca de Joinville; e

III - uma área de terra contendo 9.768,68 m² (nove mil, setecentos e sessenta e oito metros e sessenta e oito decímetros quadrados), matriculada sob o nº 120.463 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Joinville.

Parágrafo único. No caso dos imóveis descritos nos incisos I e II do art. 1º, as construções devem ser concluídas no prazo de quatro anos, contado da publicação desta Lei no Diário Oficial.

Art. 2º A aquisição de que trata esta Lei destina-se à construção e instalação de unidades escolares de Ensino Médio.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com anuência do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de quatro anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação dos imóveis, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joinville.

Art. 7º O Estado será representado no ato da transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou

pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joinville.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de novembro de 2011
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 401/11

Autoriza a doação de imóvel no Município de Santa Terezinha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Santa Terezinha o imóvel com área de 425,00 m² (quatrocentos e vinte e cinco metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 2.785 no Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Campo e cadastrado sob o nº 4412 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade a prestação de serviços na área da saúde por parte do Município.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Taió.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 402/11

Autoriza a doação de imóvel no Município de Xanxerê.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar, ao Município de Xanxerê, o imóvel com área de 1.305,54 m² (um mil, trezentos e cinco metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob os nºs 14.342, 14.343 e 14.344 no Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê e cadastrado sob o nº 02330 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade a instalação de um Centro de Educação Infantil por parte do Município de Xanxerê.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos, e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Xanxerê.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 411/10

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Rádio Liberdade - ABCRL, de São Bento do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Rádio Liberdade - ABCRL, com sede no Município de São Bento do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 416/11

Declara de utilidade pública a Associação Voz de Muitas Águas, de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Voz de Muitas Águas, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 444/11

Altera a Lei nº 12.804, de 2003, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Comunitários de Correia Pinto.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.804, de 16 de dezembro de 2003, passa ter a seguinte redação:

Declara de utilidade pública a Associação Corpo de Bombeiros Comunitário de Correia Pinto.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Corpo de Bombeiros Comunitário de Correia Pinto, com sede no Município de Correia Pinto.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob a pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 447/11

Declara de utilidade pública a Associação Cultural Beneficente João Ungur, de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural Beneficente João Ungur, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 486/11

Altera da Lei nº 11.321, de 1999, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Curitibaanos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.321, de 28 de dezembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

Declara de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Curitibaanos.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Curitibaanos, com sede no Município de Curitibaanos.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à

Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob a pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 16 de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REQUERIMENTO

REQUERIMENTO Nº 017/11

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

REQUERIMENTO RQS/1340.0/2011

O Deputado que este subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno, **REQUER**, após ouvida a Mesa, a inserção nos Anais da Assembleia Legislativa da íntegra da matéria jornalística veiculada no jornal Notícias do Dia, que trata de merecida homenagem ao ex-Vereador, ex-Prefeito, ex-Deputado Estadual e Presidente da Assembleia Estadual Constituinte, Senhor Aloísio Acácio Piazza, a qual foi objeto do pronunciamento proferido por este Deputado na Sessão Ordinária do dia 30 de agosto do corrente ano, **e que tal discurso, já com a referida matéria, seja enviado ao homenageado.**

Sala das Sessões,

Deputado Edison Andrino

COMUNICADO AO PLENÁRIO

Em Sessão de 05/10/11

Memória

EDITOR: PAULO CLÓVIS SCHMITZ
pc@noticiasdodia.com.br
@pc_ND

NOTÍCIAS DO DIA | 18/19
FLORIANÓPOLIS, SÁBADO E DOMINGO | 27 E 28 DE AGOSTO DE 2011

Político à moda antiga

Exceção. Aloísio Piazza está entre os melhores prefeitos e vereadores que Florianópolis teve

PAULO CLÓVIS SCHMITZ

pc@noticiasdodia.com.br

@pc_ND

Não é sempre que se encontra um político que fez amigos em todos os partidos, passou incólume por um campo minado de armadilhas e encerrou a carreira sem nódoas e sem capital além da casa onde mora, dois carros e um sítio assumido como herança. E também sem um curso superior, porque as contingências e a capacidade de trabalho, desde a juventude, foram atropelando todos os planos e forçando uma tomada de decisão atrás da outra.

Aloísio Acácio Piazza, 72 anos, foi o primeiro prefeito de oposição na Capital após décadas de predomínio das oligarquias – leia-se Arena, PDS e PFL – durante e após a ditadura militar. Na condição de presidente da Câmara de Vereadores, cargo que assumiu na manhã do dia 1 de fevereiro de 1985, tomou posse na prefeitura na tarde do mesmo dia, após uma manobra que se aproveitou de um racha na base da situação.

Ele ficou no cargo só até dezembro, elegendado como sucessor o ex-vereador Edison Andrino de Oliveira, mas passou para a história como um mandatário mais preocupado com as questões administrativas do que com as quízigas políticas inerentes ao cargo. Quando assumiu, a prefeitura estava sem merenda escolar e sem crédito na praça. “Crédito eu tenho”, garantiu. E foi atrás da extinta LBA e de comerciantes, que lhe franquearam leite, frango e feijão para as escolas municipais.

Longo histórico de voluntariado

Com fortes vínculos na Cachoeira do Bom Jesus, a família de Aloísio Piazza sempre ajudou o asilo de meninos da Serte, participou da Feira da Esperança (onde ainda mantém a famosa tenda árabe) e esteve ligada à Irmandade do Senhor dos Passos e ao Hospital de Caridade. Essa tradição começou quando sua tia Josefina Boiteux cuidava de portadores de tuberculose, lepra e mal de chagas no hospital. Piazza já foi provedor da irmandade e coordenou a reconstrução depois do incêndio que destruiu parte da casa em 1994. “Quando saí, o hospital era um dos mais modernos do Estado”, ressalta.

Condecorado.
Piazza mostra alguns dos muitos troféus e homenagens que recebeu durante a carreira



Foto: E. Respondek/Agência Rubens Queiroz

Quando a avenida Rio Branco era distante

Aloisio Piazza nasceu e se criou na avenida Rio Branco, que ficava quase fora da cidade – a 1,5 km do centro. Para chegar à praça 15 de Novembro era preciso passar em frente à Polícia Militar, encurtar o caminho pela Deodoro e tomar a esquerda, numa bifurcação que dava acesso também ao Mercado Público, o shopping center daqueles anos. Só depois é que foi aberta a avenida Osmar Cunha e o acesso pela atual praça Getúlio Vargas, além das ruas Dom Joaquim e Crispim Mira.

Aí, estava projetada uma via ampla, de 14 metros de largura, que ligaria a Rio Branco e a atual praça

dos Bombeiros às avenidas Hercílio Luz e Mauro Ramos. O corredor foi prejudicado porque a Crispim Mira sucumbiu a construções que afunilaram o acesso. Mais tarde, o prefeito Osmar Cunha e o governador Celso Ramos urbanizaram aquela parte da cidade, abrindo caminho para a atual avenida Beira-mar Norte.

“O mar batia ali na rua Frei Caneca, perto do Iate Clube”, recorda o ex-vereador e ex-prefeito, que mora na Agrônômica desde que casou, há 48 anos. “Jogávamos bola no antigo Abrigo de Menores, que tinha quatro campos de futebol sempre cheios de atletas nos fins de semana”.

“
A gente jogava bola no Abrigo de Menores, cujos campos enchiam nos fins de semana.

”
ALOISIO PIAZZA,
EX-PREFEITO E
EX-VEREADOR EM
FLORIANÓPOLIS



Arts. Ex-vereador tem muitas telas em casa, como esta que mostra a antiga rua Menino Deus



Em 1985.
Com Pedro Medeiros (E) e Ulysses Guimarães na campanha de Andrião



Em campanha. Aloisio Piazza (E) com Edison Andrião, Ulysses Guimarães e Pedro Ivo Campos, ícones do PMDB histórico

Vereador apenas pelo jeton

Na luta. Antigo MDB surgiu como partido de resistência à ditadura e às oligarquias

FLORIANÓPOLIS — Aloisio Piazza teve sete irmãos, sendo cinco mulheres, e só saiu de casa para se casar com Sueli Pereira, a quem conheceu numa festa do Divino, na praça Getúlio Vargas. Sua mãe, Carolina Taranto, nasceu no sul do Estado, e o pai, Luiz Boiteux Piazza, era de Nova Trento. O futuro vereador e prefeito fez o primário na escola Jurema Cavallazzi, depois cumpriu o ginásio e o clássico no Instituto Estadual de Educação. Em 1956, começou a trabalhar na Orgamec, empresa que prestava serviços para a Prefeitura de Florianópolis no recolhimento de tributos urbanos (o atual IPTU). Foi ali que começou, de fato, a carreira de Piazza, que desempenhou mais tarde, e até se aposentar, a função de fiscal de tributos estaduais.

Antes disso, foi office-boy da futura Associação Catarinense de Medicina, e em 1961, aprovado num concurso para auditor fiscal, foi deslocado para Palmitos, no Oeste. Em 1963, transferiu-se para Herval d'Oeste, e depois fez parte da comissão que organizou a comercialização de alho e cebola em Santa Catarina. Até ali, os cerealistas de São Paulo vinham e compravam quase toda a produção, sem deixar nada em tributos ao Estado e aos municípios.

Já durante o regime militar, entre 1964 e 1965, se licenciou para entrar na política. A Arena era o partido da situação e representava os interesses do grupo ligado ao poder. O MDB, ao qual se filiou, reunia a oposição à ditadura. Piazza foi o vereador mais votado em 1966. "Na época, os vereadores não eram remunerados, apenas recebiam jeton", conta. "As sessões eram à noite por causa disso".

Reconhecido. Ex-prefeito recebeu, entre outros, os títulos Amigo da Comunidade e Amigo do Livro e a medalha Dakir Polidoro, conferida pela ACL, entidade que ele ajudou a criar



Solemnidade pública. Junto com Salomão Mattos, Rogério Quelroz, Esperidião Amin, Pedro Medeiros e o poeta Zinho (último à direita)

Oposição conquista a prefeitura da Capital

Piazza trabalhava no posto fiscal de Palhoça e lembra que na manhã de 28 de janeiro de 1985 foi visitado ali mesmo pelos peemedebistas Pedro Medeiros e Içuriti Pereira, que queriam lançá-lo à presidência da Câmara de Vereadores. Cláudio Ávila da Silva, nomeado pelo governador Esperidião Amin, renunciou e voltou à Assembleia Legislativa. O PFL de Jorge Bornhausen provocou uma dissidência na situação, interessado em se tornar uma nova força política no Estado de Santa Catarina.

Com 11 votos, sendo oito do PMDB e três dos pefelistas, Piazza foi

alçado à condição de presidente da casa. Isso foi de manhã, e às 17h50 ele assumia a prefeitura, substituindo Alcino Vieira, do PSD. Derrotado, Amin revogou convênios do Estado com a prefeitura, e Piazza, sem experiência no Executivo, precisou se virar para tocar o município. "Perdi 15 quilos em 20 dias", conta.

A cada 15 dias, ele ia a Brasília, onde teve muito apoio do ministro da Educação, Marco Maciel, e do presidente José Sarney. Quando deixou a prefeitura, voltou ao Parlamento e foi eleito presidente da Assembleia Estadual Constituinte.

Paixão pelas plantas, viagens e o futebol

Piazza não foi reeleito em 2008, e voltou às atividades fiscais. Sem inimigos, lembra de grandes figuras do PMDB como Ulysses Guimarães, Pedro Ivo Campos e Pedro Simon - e até com Esperidião e Angela Amin, adversários dos velhos tempos, mantêm últimas relações.

Hoje, além das árvores que cultiva na Cachoeira, continua ligado ao voluntariado e a trabalhos de caráter social. Mantém-se próximo dos quatro filhos e seis netos, e viaja com frequência com a mulher e grupos de amigos para Gramado, Rio Quente e Campos do Jordão.

Até há pouco, ainda batia uma bola, e quando pode vai às partidas do Figueirense, o time do coração.



Novos tempos. Na gestão do prefeito Piazza foi aberto o acesso para a praia Brava

*** X X X ***